

Demonstrações Financeiras

B2W Companhia Global do Varejo

31 de Março de 2010 e 2009

Demonstrações Financeiras Individuais – Balanço Patrimonial Ativo
(Em mil Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	31/3/2010	31/12/2009
1	Ativo Total	1.950.135	2.148.739
1.01	Ativo Circulante	1.305.334	1.524.420
1.01.01	Disponibilidades	345.197	596.984
1.01.01.01	Caixa e bancos	8.073	56.974
1.01.01.02	Títulos e valores mobiliários	337.124	540.010
1.01.02	Créditos	368.066	275.206
1.01.02.01	Clientes	368.066	275.206
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0
1.01.03	Estoques	395.362	468.511
1.01.04	Outros	196.709	183.719
1.01.04.01	Impostos a recuperar	54.839	58.992
1.01.04.02	IR e CS diferidos	40.381	36.896
1.01.04.03	Despesas antecipadas	67.951	71.334
1.01.04.04	Outras contas a receber	33.538	16.497
1.02	Ativo Não Circulante	644.801	624.319
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	72.312	72.736
1.02.01.01	Créditos Diversos	72.312	72.736
1.02.01.01.01	Depósitos judiciais	12.344	12.069
1.02.01.01.02	IR e CS diferidos	44.784	44.784
1.02.01.01.03	Outros créditos a receber	15.184	15.883
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	572.489	551.583
1.02.02.01	Investimentos	32.191	29.970
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	32.191	29.970
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	89.833	88.011
1.02.02.03	Intangível	394.143	373.183
1.02.02.04	Diferido	56.322	60.419

Demonstrações Financeiras Individuais – Balanço Patrimonial Passivo
(Em mil Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	31/3/2010	31/12/2009
2	Passivo Total	1.950.135	2.148.739
2.01	Passivo Circulante	613.898	796.003
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	253.232	182.491
2.01.02	Debêntures	7.793	17.835
2.01.03	Fornecedores	304.106	538.878
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	6.802	10.261
2.01.05	Dividendos a Pagar	11.308	11.308
2.01.06	Provisões	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	30.657	35.230
2.01.08.01	Salários, encargos e contribuições	6.518	6.278
2.01.08.02	Outras obrigações	24.139	28.952
2.02	Passivo Não Circulante	1.085.583	1.105.768
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.085.583	1.105.768
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	693.770	710.181
2.02.01.02	Debêntures	363.356	363.244
2.02.01.03	Provisões	14.164	13.517
2.02.01.03.01	Provisão para contingências	14.164	13.517
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	34	4.110
2.02.01.04.01	Partes relacionadas	34	4.110
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	14.259	14.716
2.02.01.06.01	Tributos a recolher	0	0
2.02.01.06.02	Outras obrigações	14.259	14.716
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	250.654	246.968
2.05.01	Capital Social Realizado	181.566	181.566
2.05.02	Reservas de Capital	6.018	6.541
2.05.02.01	Reservas de Capital	205.710	205.291
2.05.02.02	Ações em tesouraria	-200.000	-200.000
2.05.02.03	Ajuste de avaliação patrimonial	308	1.250
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	58.861	58.861
2.05.04.01	Legal	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	58.861	58.861
2.05.04.07.01	Reserva para expansão	81.562	81.562
2.05.04.07.02	Ações em tesouraria	-22.701	-22.701
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	4.209	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

Demonstrações Financeiras Individuais – Demonstração do Resultado
(Em mil Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	Valor do Trimestre Atual 01/01/2010 a 31/03/2010	Valor do Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/01/2009 a 31/03/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	1.179.610	1.004.274
3.02	Deduções da Receita Bruta	-305.255	-302.254
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	874.355	702.020
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	-653.897	-496.707
3.05	Resultado Bruto	220.458	205.313
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	-215.225	-193.309
3.06.01	Com Vendas	-114.975	-106.767
3.06.02	Gerais e Administrativas	-11.927	-11.770
3.06.03	Financeiras	-61.855	-54.889
3.06.03.01	Receitas Financeiras	58.649	31.985
3.06.03.02	Despesas Financeiras	-120.504	-86.874
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	-28.689	-20.171
3.06.05.01	Depreciações e amortizações	-20.884	-15.934
3.06.05.02	Honorários administradores	-1.007	-924
3.06.05.03	Outras receitas (despesas) operacionais	-6.798	-3.313
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	2.221	288
3.07	Resultado Operacional	5.233	12.004
3.08	Resultado Não Operacional	0	0
3.08.01	Receitas	0	0
3.08.02	Despesas	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	5.233	12.004
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	-1.537	-940
3.11	IR Diferido	513	-3.043
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0
3.12.01	Participações	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	4.209	8.021

Demonstrações Financeiras Individuais – Lucro ou Prejuízo por Ação
(Em mil Reais)

Descrição	Valor do Trimestre Atual 01/01/2010 a 31/03/2010	Valor do Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/01/2009 a 31/03/2009
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Mil)	110.194	110.196
Lucro por Ação (Reais)	0,03820	0,07279
Prejuízo por Ação (Reais)		

Demonstrações Financeiras Individuais – Demonstração do Fluxo de Caixa
(Em mil Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	Valor do Trimestre Atual 01/01/2010 a 31/03/2010	Valor do Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/01/2009 a 31/03/2009
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-42.912	71.899
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	80.091	87.304
4.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	4.209	8.021
4.01.01.03	Depreciações e amortizações	20.884	15.934
4.01.01.04	IR e CS Diferidos	-513	3.043
4.01.01.05	Juros, variações monetárias e cambiais	53.878	66.414
4.01.01.06	Equivalencia patrimonial	-2.221	-288
4.01.01.07	Outros	3.854	-5.820
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-123.003	-15.405
4.01.02.01	Contas a receber de clientes	66.785	134.750
4.01.02.02	Estoques	72.196	-4.177
4.01.02.03	Impostos a recuperar e diferidos	4.153	-8.835
4.01.02.04	Despesas antecipadas	-733	9.254
4.01.02.05	Depósitos judiciais	-275	-370
4.01.02.06	Demais contas a receber	-16.343	-10.195
4.01.02.07	Fornecedores	-233.734	-115.240
4.01.02.08	Salários, encargos e contribuições	240	-3.749
4.01.02.09	Tributos a recolher	-3.459	-19.194
4.01.02.10	Dívidas com pessoas ligadas	-4.076	-1.532
4.01.02.11	Outras obrigações	-7.757	3.883
4.01.03	Outros	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-39.569	-49.130
4.02.02	Investimentos em controladas	0	-1.000
4.02.03	Ativo permanente	-39.569	-48.130
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	33.580	-10.179
4.03.01	Adições	50.000	8.781
4.03.02	Pagamentos	-20.574	-7.245
4.03.03	Debentures	-19.216	-28.621
4.03.04	Títulos e valores mobiliários	207.381	102.213
4.03.05	Desconto de recebíveis	-184.011	-84.551
4.03.06	Aumento de capital em dinheiro	0	0
4.03.07	Contas a pagar por resgates de ações	0	0
4.03.08	Recompra de ações	0	0
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	-756
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	-48.901	0
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	56.974	12.590
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8.073	26.673
4.03.07	Contas a pagar por resgates de ações	0	39.263
4.03.08	Recompra de ações	0	0
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	-48.901	-756
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	56.974	0
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8.073	12.590

Demonstrações Financeiras Individuais – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – 01/01/2010 à 31/03/2010
(Em mil Reais)

Conta	Descrição	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucro/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	181.566	5.291	0	58.861	0	1.250	246.968
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	181.566	5.291	0	58.861	0	1.250	246.968
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	4.209	0	4.209
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
	Juros sobre Capital							
5.05.02	Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-942	-942
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.07.04	Ajuste de aplicação financeira	0	0	0	0	0	-942	-942
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização de Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	419	0	0	0	0	419
5.12.01	Plano de opções de ações	0	419	0	0	0	0	419
5.13	Saldo Final	181.566	5.710	0	58.861	4.209	308	250.654

Demonstrações Financeiras Individuais – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – 01/01/2010 à 31/03/2010
(Em mil Reais)

Conta	Descrição	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucro/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	181.566	5.291	0	58.861	0	1.250	246.968
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	181.566	5.291	0	58.861	0	1.250	246.968
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	4.209	0	4.209
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
	Juros sobre Capital							
5.05.02	Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-942	-942
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.07.04	Ajuste de aplicação financeira	0	0	0	0	0	-942	-942
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização de Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	419	0	0	0	0	419
5.12.01	Plano de opções de ações	0	419	0	0	0	0	419
5.13	Saldo Final	181.566	5.710	0	58.861	4.209	308	250.654

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Balanço Patrimonial Ativo
(Em mil Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	31/3/2010	31/12/2009
1	Ativo Total	2.135.122	2.324.320
1.01	Ativo Circulante	1.516.458	1.723.151
1.01.01	Disponibilidades	360.744	609.879
1.01.01.01	Caixa e bancos	15.565	62.047
1.01.01.02	Títulos e valores mobiliários	345.179	547.832
1.01.02	Créditos	572.664	446.479
1.01.02.01	Clientes	536.927	427.228
1.01.02.02	Créditos Diversos	35.737	19.251
1.01.02.02.01	Demais contas a receber	35.737	19.251
1.01.03	Estoques	412.147	490.397
1.01.03.01	Estoques	412.147	490.397
1.01.04	Outros	170.903	176.396
1.01.04.01	Impostos a recuperar	58.147	64.221
1.01.04.02	IR e CS diferidos	43.527	39.373
1.01.04.03	Despesas antecipadas	69.229	72.802
1.02	Ativo Não Circulante	618.664	601.169
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	58.906	62.393
1.02.01.01	Créditos Diversos	58.906	62.393
1.02.01.01.01	IR e CS diferidos	44.899	44.784
1.02.01.01.02	Depósitos Judiciais	12.592	12.289
1.02.01.01.03	Outros créditos a receber	1.415	5.320
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	559.758	538.776
1.02.02.01	Investimentos	0	0
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.03	Outros Investimentos	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	95.587	92.826
1.02.02.03	Intangível	407.250	384.932
1.02.02.04	Diferido	56.921	61.018

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Balanço Patrimonial Passivo
(Em mil Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	31/3/2010	31/12/2009
2	Passivo Total	2.135.122	2.324.320
2.01	Passivo Circulante	793.795	971.584
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	401.476	327.929
2.01.02	Debêntures	7.793	17.835
2.01.03	Fornecedores	322.584	551.569
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	12.011	19.009
2.01.05	Dividendos a Pagar	11.308	11.308
2.01.06	Provisões	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	38.623	43.934
2.01.08.01	Salários, encargos e contribuições	8.612	8.240
2.01.08.02	Outras obrigações	30.011	35.694
2.02	Passivo Não Circulante	1.090.673	1.105.768
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.090.673	1.105.768
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	698.860	710.181
2.02.01.02	Debêntures	363.356	363.244
2.02.01.03	Provisões	14.164	13.517
2.02.01.03.01	Provisões para contingências	14.164	13.517
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	34	4.110
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	14.259	14.716
2.02.01.06.01	Outras obrigações	14.259	14.716
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.04	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	250.654	246.968
2.05.01	Capital Social Realizado	181.566	181.566
2.05.02	Reservas de Capital	6.018	6.541
2.05.02.01	Reserva de capital	205.710	205.291
2.05.02.02	Ações em tesouraria	-200.000	-200.000
2.05.02.03	Ajuste de avaliação patrimonial	308	1.250
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	58.861	58.861
2.05.04.01	Legal	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	58.861	58.861
2.05.04.07.01	Reserva para expansão	81.562	81.562
2.05.04.07.02	Ações em tesouraria	-22.701	-22.701
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	4.209	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Demonstração do Resultado
(Em mil Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	Valor do Trimestre Atual 01/01/2010 a 31/03/2010	Valor do Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/01/2009 a 31/03/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	1.254.616	1.084.438
3.02	Deduções da Receita Bruta	-319.029	-320.551
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	935.587	763.887
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	-677.932	-536.351
3.05	Resultado Bruto	257.655	227.536
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	-249.986	-214.784
3.06.01	Com Vendas	-139.027	-119.099
3.06.02	Gerais e Administrativas	-15.325	-13.326
3.06.03	Financeiras	-65.849	-61.781
3.06.03.01	Receitas Financeiras	59.615	33.038
3.06.03.02	Despesas Financeiras	-125.464	-94.819
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	-29.785	-20.578
3.06.05.01	Depreciações e amortizações	-21.817	-16.178
3.06.05.02	Honorários Administradores	-1.170	-1.087
3.06.05.03	Outras (despesas) receitas operacionais	-6.798	-3.313
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0
3.07	Resultado Operacional	7.669	12.752
3.08	Resultado Não Operacional	0	0
3.08.01	Receitas	0	0
3.08.02	Despesas	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	7.669	12.752
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	-4.381	-2.286
3.11	IR Diferido	921	-2.445
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0
3.12.01	Participações	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	4.209	8.021

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Lucro ou Prejuízo por Ação
(Em mil Reais)

	Valor do Trimestre Atual 01/01/2010 a 31/03/2010	Valor do Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/01/2009 a 31/03/2009
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Mil)	110.194	110.196
Lucro por Ação (Reais)	0,03820	0,07279
Prejuízo por Ação (Reais)		

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Demonstração do Fluxo de Caixa
(Em mil Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	Valor do Trimestre Atual 01/01/2010 a 31/03/2010	Valor do Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/01/2009 a 31/03/2009
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-34.760	162.338
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	89.496	93.843
4.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	4.209	8.021
4.01.01.03	Depreciação e amortizações	21.817	16.178
4.01.01.04	IR e CS diferidos	-921	2.445
4.01.01.05	Juros, variações monetárias e cambiais	57.823	73.435
4.01.01.06	Equivalência patrimonial	0	0
4.01.01.07	Outros	6.568	-6.236
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-124.256	68.495
4.01.02.01	Contas a receber de clientes	53.452	213.751
4.01.02.02	Estoques	77.297	14.900
4.01.02.03	Impostos a recuperar e diferidos	5.698	-7.011
4.01.02.04	Despesas Antecipadas	-543	7.416
4.01.02.05	Depósitos judiciais	-303	-386
4.01.02.06	Demais contas a receber	-12.581	-8.055
4.01.02.07	Fornecedores	-227.947	-117.632
4.01.02.08	Salários, encargos e contribuições	372	-3.377
4.01.02.09	Tributos a recolher	-6.998	-18.318
4.01.02.10	Dívidas com pessoas ligadas	-4.076	-1.532
4.01.02.11	Outras obrigações	-8.627	-11.261
4.01.03	Outros	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-42.799	-49.545
4.02.02	Ativo Permanente	-42.799	-49.545
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	31.077	-87.674
4.03.01	Adições	57.784	8.781
4.03.02	Pagamentos	-24.583	-48.754
4.03.03	Debentures	-19.216	-28.621
4.03.04	Desconto de recebíveis	-190.232	-84.551
4.03.05	Títulos e valores mobiliários	207.324	66.227
4.03.06	Contas a pagar por resgate de ações	0	0
4.03.07	Recompra de ações	0	-756
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	-46.482	25.119
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	62.047	37.324
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	15.565	62.443

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – 01/01/2010 à 31/03/2010
(Em mil Reais)

Conta	Descrição	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucro/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	181.566	5.291	0	58.861	0	1.250	246.968
	Ajustes de Exercícios							
5.02	Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	181.566	5.291	0	58.861	0	1.250	246.968
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	4.209	0	4.209
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
	Realização de Reservas de							
5.06	Lucros	0	0	0	0	0	0	0
	Ajustes de Avaliação							
5.07	Patrimonial	0	0	0	0	0	-942	-942
	Ajustes de Títulos e							
5.07.01	Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
	Ajustes Acumulados de							
5.07.02	Conversão	0	0	0	0	0	0	0
	Ajustes de Combinação de							
5.07.03	Negócios	0	0	0	0	0	0	0
	Ajuste de Aplicação							
5.07.04	Financeira	0	0	0	0	0	-942	-942
5.08	Aumento/Redução do	0	0	0	0	0	0	0
	Capital Social							
5.09	Constituição/Realização	0	0	0	0	0	0	0
	Reservas Capital							
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
	Outras Transações de							
5.11	Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	419	0	0	0	0	419
5.12.01	Plano de Opção de Ações	0	419	0	0	0	0	419
5.13	Saldo Final	181.566	5.710	0	58.861	4.209	308	250.654

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – 01/01/2010 à 31/03/2010
(Em mil Reais)

Conta	Descrição	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucro/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	181.566	5.291	0	58.861	0	1.250	246.968
	Ajustes de Exercícios							
5.02	Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	181.566	5.291	0	58.861	0	1.250	246.968
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	4.209	0	4.209
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-942	-942
5.07	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajuste de Aplicação Financeira	0	0	0	0	0	-942	-942
5.07.04	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outros	0	419	0	0	0	0	419
5.12	Plano de Opção de Ações	0	419	0	0	0	0	419
5.12.01	Saldo Final	181.566	5.710	0	58.861	4.209	308	250.654

B2W ANUNCIA CRESCIMENTO DE 16% NA RECEITA BRUTA CONSOLIDADA NO 1T10.

(REAPRESENTAÇÃO)

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2010 – B2W - Companhia Global do Varejo (BOVESPA: BTOW3), empresa líder em comércio eletrônico no Brasil, resultante da fusão entre Americanas.com e Submarino, anuncia hoje os resultados consolidados do 1º trimestre de 2010 (1T10). As informações contábeis que servem de base para os comentários abaixo estão apresentadas de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como regulamento de listagem do Novo Mercado. As análises a seguir referem-se sempre aos resultados Consolidados da B2W, exceto onde indicado o contrário.

A B2W possui um portfólio com as marcas Americanas.com, Submarino, Shoptime, Blockbuster Online, Ingresso.com, Submarino Finance e B2W Viagens, que oferecem mais de 30 categorias de produtos e serviços através dos canais de distribuição: internet, televendas, catálogos, TV e quiosques.

AMERICANAS.COM

shop time

Submarino

B2W VIAGENS

Ingresso.com

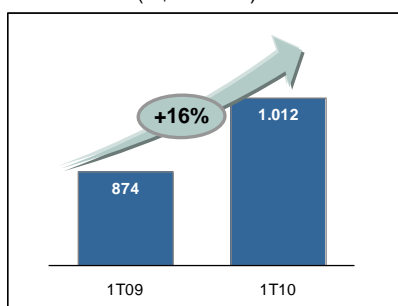
Submarino Finance

BLOCKBUSTER

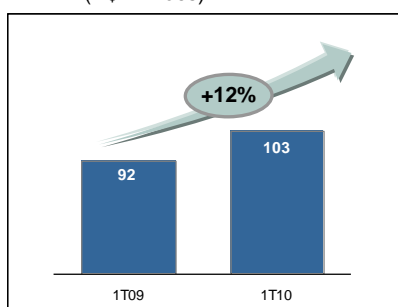
DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS B2W Resultados Consolidados do 1T10

Destaques do Período

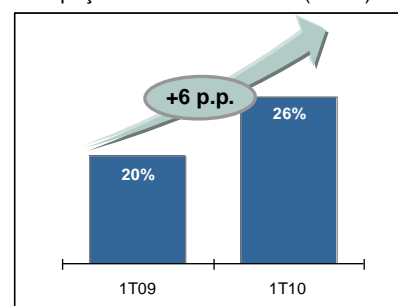
Receita Bruta (R\$ milhões)



EBITDA (R\$ milhões)



Participação Cartão Submarino (% RB)



✓ Receita Bruta: Crescimento de 16% no 1T10

No 1T10, a Receita Bruta atingiu R\$1.012,2 milhões, com crescimento de 16% em relação ao 1T09.

✓ Receita Líquida: Crescimento de 32% no 1T10

A Receita Líquida passou de R\$694,5 milhões no 1T09 para R\$913,3 milhões no 1T10, um crescimento de 32%.

✓ EBITDA: R\$103,2MM no 1T10

O EBITDA atingiu R\$103,2 milhões no 1T10, +12% em relação ao 1T09, com margem de 11,3% da Receita Líquida.

✓ Lucro Líquido: R\$14,0MM no 1T10

O Lucro Líquido atingiu R\$14,0 milhões no 1T10, comparado aos R\$12,1 milhões obtidos no 1T09.

✓ Capital de Giro Líquido: aumento de 5 dias

No 1T10 o ciclo de caixa da Controladora foi de 106 dias.

✓ Expansão internacional da venda de ingressos na Argentina

B2W está expandindo sua parceria com a Cinemark para venda online de ingressos de cinema na Argentina.

✓ Melhor Preço Garantido em Viagens

Submarino Viagens lança campanha que garante o melhor preço em passagens aéreas.

✓ Cartão Submarino atinge mais de 26% de participação nas vendas

Participação nas vendas feitas no site Submarino superou a marca de 26% no mês de março/2010.

✓ Resultados da Controladora:

• **Receita Bruta:** totalizou R\$937,1 milhões no 1T10, com crescimento de 18% em relação ao 1T09.

• **Receita Líquida:** totalizou R\$852,1 milhões no 1T10, com crescimento de 35% em relação ao 1T09.

• **EBITDA:** totalizou R\$93,6 milhões no 1T10, com crescimento de 12% em relação ao 1T09.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A B2W - Companhia Global do Varejo, empresa líder do comércio eletrônico no Brasil, foi constituída em dezembro de 2006, como resultado da fusão entre Americanas.com e Submarino. As informações contábeis que servem de base para os comentários de desempenho a seguir estão apresentadas de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como pelo regulamento de listagem do Novo Mercado, incluindo as modificações contábeis introduzidas pelo IFRS.

As análises a seguir referem-se sempre aos resultados consolidados da B2W e de suas marcas (Americanas.com, Submarino, Shoptime, Blockbuster Online, Ingresso.com, Submarino Finance e B2W Viagens), exceto onde indicado o contrário.

DESTAQUES DO 1º TRIMESTRE DE 2010

- ✓ **Crescimento de 16% da Receita Bruta.** A Receita Bruta consolidada, já considerados os Ajustes a Valor Presente (AVP) das vendas a prazo, foi de R\$1.012,2 milhões no 1º trimestre de 2010, apresentando crescimento de 16% quando comparada ao 1º trimestre de 2009. Na Controladora, a Receita Bruta obtida no 1º trimestre de 2010 foi de R\$937,1 milhões, com crescimento de 18% sobre o 1º trimestre de 2009.
- ✓ **Crescimento de 32% da Receita Líquida.** A Receita Líquida consolidada no 1º trimestre de 2010 foi de R\$913,3 milhões, um crescimento de 32% contra os R\$694,5 milhões do mesmo período do ano anterior. Na controladora, a Receita Líquida do 1º trimestre de 2010 foi de R\$852,1 milhões, representando um crescimento de 35% em comparação ao 1º trimestre de 2009.
- ✓ **EBITDA¹ de R\$103,2 milhões.** O EBITDA consolidado do 1º trimestre de 2010 alcançou R\$103,2 milhões, com margem de 11,3% da Receita Líquida, apresentando crescimento de 12% em relação ao 1º trimestre de 2009, que totalizou R\$92,1 milhões e margem de 13,3% da Receita Líquida.
- ✓ **Capital de Giro Líquido: 126 dias.** Considerando a antiga norma contábil, o capital de giro líquido na Controladora foi de 106 dias no 1º trimestre de 2010, representando um aumento de 5 dias quando comparado aos 101 dias apresentados no 1º trimestre de 2009. Ao final do 1º trimestre de 2010, o capital de giro líquido em IFRS foi de 126 dias.
- ✓ **Centros de Distribuição.** Os investimentos na integração das plataformas de tecnologia e logística da B2W, prorrogados em 2009, foram retomados e devem ser finalizados até o final de 2010. O plano da Companhia é de operar a partir de dois centros de distribuição distintos, com estoques integrados entre si e atendendo suas 3 marcas, de maneira a minimizar os riscos da operação e contribuir para melhoria do capital de giro.
- ✓ **Melhor Preço Garantido em Viagens.** Foi lançada a campanha “Melhor Preço Garantido” no Submarino Viagens, que certifica que o cliente sempre encontrará passagens aéreas pelo menor preço.
- ✓ **Expansão internacional da venda de ingressos na Argentina.** Dando continuidade ao plano de expansão internacional, a B2W está replicando seu modelo de negócios para venda online de ingressos de cinema na Argentina, em parceria com a Cinemark. Além disso, a operação do México continua evoluindo, e já oferece ingressos online para mais de 30 cinemas em diversas cidades do país.
- ✓ **Cartão Submarino.** A participação do cartão próprio nas vendas tem aumentado gradativamente, superando a marca de 26% do total de vendas do site Submarino no mês de março/2010. O Submarino Finance foi premiado pela MasterCard no evento Best Performance 2010 na categoria de marketing com o case “Cartão Submarino MasterCard: uma experiência de sucesso online”. O case descreve o processo inovador de abertura de cartão para varejistas online e seus desafios. O prêmio foi o único entregue a uma instituição não-bancária. Atualmente o Cartão Submarino tem uma base de mais de 500.000 cartões.

ESCLARECIMENTO SOBRE A SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

Está em vigor desde o segundo trimestre de 2009 a substituição tributária, novo regime fiscal de ICMS no Estado de São Paulo, para os segmentos de eletrodomésticos, eletrônicos, eletroportáteis, brinquedos, informática, impressoras, produtos de papelaria, utensílios domésticos e telefones, dentre outros. Estes produtos representam parte substancial das vendas totais da B2W, que são 100% expedidas por São Paulo e, portanto, sujeitas integralmente ao regime vigente no Estado.

A substituição tributária introduz uma importante alteração na forma de cobrança do ICMS uma vez que implica no recolhimento antecipado do imposto no momento da compra da mercadoria, tendo como base o preço de retenção (*markup*) determinado pelo Fisco. De acordo com o novo regime, o ICMS passa a ser contabilizado na linha de CMV (Custo das Mercadorias Vendidas) e não mais nas deduções de vendas, fato este que, por sua vez, implica em um aumento da Receita Líquida. Em virtude de tal aumento, a Margem Bruta, Margem EBITDA e Margem Líquida em função da Receita Líquida tem seus percentuais reduzidos sem, no entanto, haver redução no seu valor nominal.

No 1º trimestre de 2010, a substituição tributária foi responsável pela maior parte da diferença entre a taxa de crescimento da Receita Bruta e da Receita Líquida em relação ao ano anterior. Para melhor comparabilidade, as margens usualmente calculadas sobre a Receita Líquida devem ser calculadas sobre a Receita Bruta, conforme sugerido no quadro a seguir:

SOBRE RECEITA LÍQUIDA	1T10 Reapresentação		1T09 Reapresentação		Variação	
	R\$ MM	% RL	R\$ MM	% RL	%	Δ p.p.
Receita Bruta (RB)	1.012,2	110,8%	874,1	125,9%	16%	-15,1 p.p.
Receita Líquida (RL)	913,3	100,0%	694,5	100,0%	32%	-
Lucro Bruto	258,8	28,3%	225,6	32,5%	15%	-4,2 p.p.
EBITDA	103,2	11,3%	92,1	13,3%	12%	-2,0 p.p.

SOBRE RECEITA BRUTA	1T10 Reapresentação		1T09 Reapresentação		Variação	
	R\$ MM	% RB	R\$ MM	% RL	%	Δ p.p.
Receita Bruta (RB)	1.012,2	100,0%	874,1	100,0%	16%	-
Receita Líquida (RL)	913,3	90,2%	694,5	79,5%	32%	10,7 p.p.
Lucro Bruto	258,8	25,6%	225,6	25,8%	15%	-0,2 p.p.
EBITDA	103,2	10,2%	92,1	10,5%	12%	-0,3 p.p.

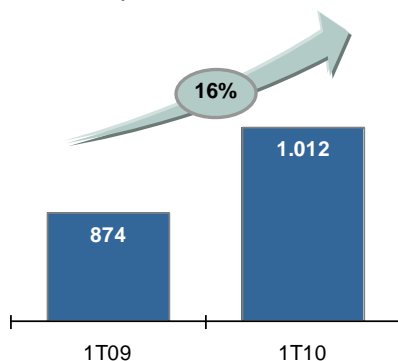
Dessa maneira é possível expurgar o efeito da substituição tributária sobre as margens para comparar a evolução ano contra ano. Nos quadros acima, é possível observar que a Margem Bruta calculada sobre a Receita Líquida sofreu uma variação de -4,2 pontos percentuais, passando de 32,5% no 1º trimestre de 2009 para 28,3% no 1º trimestre de 2010. Esta linha, quando calculada sobre a Receita Bruta apresenta uma variação de -0,2 ponto percentual no mesmo período, passando de 25,8% no 1T09 para 25,6% no 1T10.

De maneira análoga, observamos também que a Margem EBITDA calculada sobre a Receita Líquida sofreu uma redução de -2,0 pontos percentuais, passando de 13,3% no 1º trimestre de 2009 para 11,3% no 1º trimestre de 2010. Esta linha, quando calculada sobre a Receita Bruta apresenta uma variação de -0,3 ponto percentual no mesmo período, passando de 10,5% no 1T09 para 10,2% no 1T10.

COMENTÁRIOS DO DESEMPENHO CONSOLIDADO

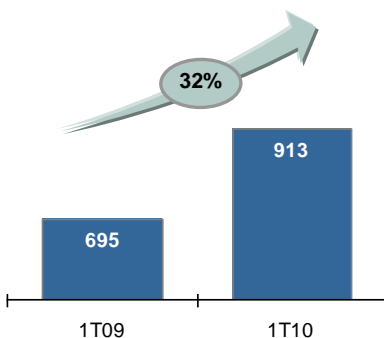
RECEITA BRUTA [+16% no 1T10]

A Receita Bruta consolidada, já considerado o Ajuste a Valor Presente (AVP) das vendas a prazo, atingiu o patamar de R\$1.012,2 milhões no 1º trimestre de 2010, um crescimento de 16% frente ao mesmo período de 2009, quando as vendas somaram R\$874,1 milhões.



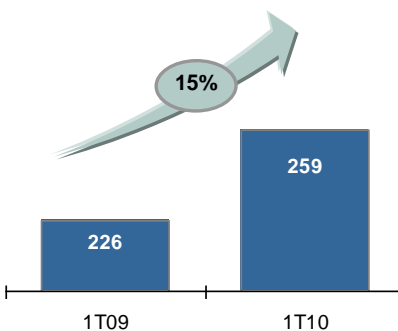
RECEITA LÍQUIDA [+32% no 1T10]

A Receita Líquida consolidada do 1º trimestre de 2010 alcançou R\$913,3 milhões, um crescimento de 32% contra os R\$694,5 milhões obtidos no 1º trimestre de 2009.



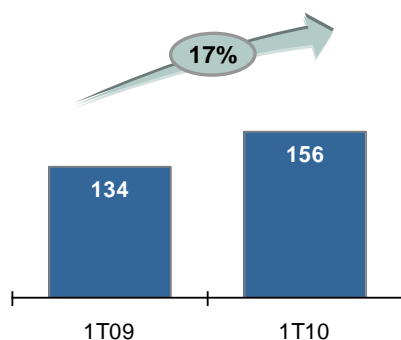
LUCRO BRUTO [+15% no 1T10]

O lucro bruto consolidado do 1º trimestre de 2010 foi de R\$258,8 milhões, com margem de 28,3% da Receita Líquida, um aumento de 15% quando comparado aos R\$225,6 milhões, com margem de 32,5% da Receita Líquida. Analisando sobre a Receita Bruta, para expurgar o efeito da Substituição Tributária, a margem bruta do 1º trimestre de 2010 foi de 25,6%, comparado a 25,8% no 1º trimestre de 2009.



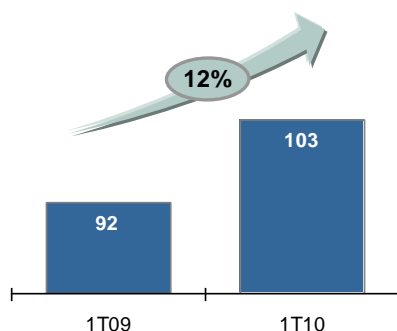
DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS [+17% no 1T10]

As despesas com Vendas, Gerais e Administrativas consolidadas atingiram R\$155,5 milhões no 1º trimestre de 2010, um crescimento de 17% sobre o 1º trimestre de 2009.



EBITDA [+12% no 1T10]

O EBITDA consolidado totalizou R\$103,2 milhões no 1º trimestre de 2010, com margem de 11,3% da Receita Líquida, representando 12% de crescimento em relação ao EBITDA do 1º trimestre de 2009, que atingiu R\$92,1 milhões, com margem de 13,3% da Receita Líquida. Analisando sobre a Receita Bruta, a margem EBITDA no 1º trimestre de 2010 foi de 10,2%, comparada a 10,5% no 1º trimestre de 2009.



RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO [+7% no 1T10]

No 1º trimestre de 2010, o resultado financeiro líquido consolidado foi negativo em R\$62,3 milhões (6,8% da Receita Líquida e 6,2% da Receita Bruta), representando uma variação de 7% em relação ao resultado financeiro negativo de R\$58,0 milhões (8,4% da Receita Líquida e 6,6% da Receita Bruta) apresentado no 1º trimestre de 2009.

Observando as modificações introduzidas pela Lei 11.638/07 e pelo IFRS, o resultado financeiro é impactado pela reversão do Ajuste a Valor Presente (AVP). A abertura do resultado financeiro pode ser verificada na tabela a seguir:

Abertura do Resultado Financeiro	1T10 Reapresentação	1T09 Reapresentação	Variações	
Resultado Financeiro sem AVP	(67,9)	(72,2)	4,3	-6%
Reversão AVP Vendas e Deduções	19,8	31,7	(11,9)	-38%
Reversão AVP Fornecedores	(14,2)	(17,5)	3,3	-19%
Total de Reversões de AVP	5,6	14,2	(8,6)	-61%
Resultado Financeiro Líquido	(62,3)	(58,0)	(4,3)	7%

Pelo quadro acima, verifica-se que o total de reversões de AVP no resultado do 1º trimestre de 2010, no valor de R\$5,6 milhões, é 61% menor que os R\$14,2 milhões do 1º trimestre de 2009. Esta redução se deve à melhoria obtida no capital de giro da Companhia e às menores taxas de juros ao longo dos últimos trimestres. Excluindo esta linha, o resultado financeiro líquido consolidado do 1º trimestre de 2010 apresenta uma redução de 6% em relação ao ano anterior, mostrando um ganho de eficiência.

A despesa financeira da Companhia é composta de juros e correções monetárias sobre Empréstimos e Financiamentos, custo de desconto de Recebíveis, Impostos sobre Transações Financeiras e outras despesas.

LUCRO LÍQUIDO [R\$14,0MM no 1T10]

O Lucro Líquido no 1º trimestre de 2010 totalizou R\$14,0 milhões, (1,5% da Receita Líquida), comparado ao total de R\$12,1 milhões (1,7% da Receita Líquida) registrados no 1º trimestre de 2009. Analisando sobre a Receita Bruta, para excluir os efeitos da Substituição Tributária, a margem líquida no 1º trimestre de 2010 foi de 1,4%, mesmo patamar do ano anterior.

O Lucro Líquido por ação no 1º trimestre de 2010, excluindo as ações em tesouraria, foi de R\$0,1273, comparado ao valor de R\$0,1102 obtido no 1º trimestre de 2009.

Conciliação do EBITDA ao Lucro Líquido	1T10 Reapresentação	1T09 Reapresentação	Variações	
			R\$	%
EBITDA	103,2	92,1	11,1	12%
Depreciação / Amortização (não ágio)	(11,5)	(11,8)	0,3	-3%
Resultado Financeiro Líquido	(62,3)	(58,0)	(4,3)	7%
Resultado não-operacional e Outros*	(6,8)	(3,3)	(3,5)	106%
IR e CS	(8,6)	(6,9)	(1,7)	25%
Lucro Líquido	14,0	12,1	1,9	16%
Lucro Líquido por ação	0,1273	0,1102	0,0171	16%
Ações em Circulação	110.194	110.194		

* classificado contabilmente como "Outras receitas (despesas) Operacionais", pela Lei 11.638/07

Vale ressaltar que o Ajuste a Valor Presente (AVP) no 1º trimestre de 2010 teve um efeito líquido negativo de R\$3,1 milhões, enquanto que no 1º trimestre de 2009 o efeito foi positivo em R\$3,3 milhões. Conforme explicado anteriormente, isto se deve ao efeito positivo das reversões de AVP no Resultado Financeiro, que devido às melhorias alcançadas pela Companhia na gestão de capital de giro e nas menores taxas de juros encontradas ao longo de 2009, foi 61% menor no 1º trimestre de 2010 em relação ao 1º trimestre de 2009.

Deste modo, observa-se no quadro a seguir que, excluindo o AVP do resultado, o Lucro Líquido no 1º trimestre de 2010 foi de R\$17,1 milhões, apresentando um aumento de 94% em relação aos R\$8,8 milhões do 1º trimestre de 2009, em mesmas bases:

EFEITOS AVP NO RESULTADO	1T10 Reapresentação	1T09 Reapresentação	Variações	
			R\$	%
Lucro Líquido Contábil	14,0	12,1	1,9	16%
(A) Efeito AVP no Resultado Operacional	(10,3)	(9,2)	(1,1)	12%
(B) Efeito AVP no Resultado Financeiro	5,6	14,2	(8,6)	-61%
Efeito AVP no resultado (A + B)	(4,7)	5,0	(9,7)	-194%
Efeitos Fiscais	1,6	(1,7)	3,3	-194%
Efeito AVP no Lucro Líquido	(3,1)	3,3	(6,4)	-194%
Lucro Líquido sem AVP	17,1	8,8	8,3	94%
<i>Margem Líquida</i>	<i>1,8%</i>	<i>1,1%</i>	<i>0,7 p.p.</i>	

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO DA CONTROLADORA

ENDIVIDAMENTO DA CONTROLADORA

A B2W adotou e tem praticado uma rígida política de preservação de caixa e alongamento da dívida. Os recursos em caixa ao final do 1º trimestre de 2010, no valor de R\$345,2 milhões, continuam superiores ao endividamento bruto de curto prazo da Companhia, que totaliza R\$261,0 milhões.

R\$ milhões	Controladora	
	31/3/2010 Reapresentação	31/12/2009 Reapresentação
Endividamento (R\$ mil)		
Empréstimos e financiamentos de curto prazo	261,0	200,3
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	1.057,2	1.073,4
Endividamento Bruto (1)	1.318,2	1.273,7
Disponibilidades	345,2	597,0
Contas a receber de Cartão de Crédito Líquido de Antecipação	308,8	196,9
Disponibilidades Totais (2)	654,0	793,9
Caixa (Dívida) Líquido (2) - (1)	(664,2)	(479,8)
Prazo Médio de Vencimento da Dívida	813	853

As contas a receber de clientes são compostas por recebíveis de cartão de crédito, líquidos do valor descontado, que possuem liquidez imediata e podem ser considerados como caixa. A composição das contas a receber da B2W está demonstrada na tabela a seguir:

Conciliação Contas a Receber	31/3/2010	31/12/2009
	Reapresentação	Reapresentação
Cartões de crédito Bruto	1.337,9	1.386,3
Desconto de recebíveis	(1.029,1)	(1.189,4)
Contas a receber de Cartão de Crédito Líquido de Antecipação	308,8	196,9
Ajuste a valor presente	(9,3)	(5,8)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(21,5)	(19,5)
Outras contas a receber	101,5	100,7
Contas a Receber Líquido	379,5	272,3

AUSÊNCIA DE EXPOSIÇÃO À VARIAÇÃO CAMBIAL

A B2W possui em seu balanço do final do 1º trimestre de 2010 dívidas de capital de giro em moeda estrangeira. Tais dívidas, contudo, são **INTEGRALMENTE PROTEGIDAS** contra quaisquer oscilações de câmbio por intermédio de operações de derivativos (*swaps*), que substituem o risco cambial por variação da taxa básica de juros brasileira (CDI).

ALTERAÇÕES NAS CONTAS DE CAPITAL DE GIRO

Em virtude de mudanças nas práticas contábeis, desde o 3º trimestre de 2009 o saldo de verbas comerciais e de marketing a receber de fornecedores, que era contabilizado na linha “Outras Contas a Receber” do Ativo Circulante, passou a reduzir o saldo de “Fornecedores” no Passivo Circulante. Portanto, o saldo desta conta passou, a partir de 30/09/2009, a ser apresentado líquido do total a receber de verbas comerciais e de marketing. A fim de manter a comparabilidade dos dados apresentados, foi feita uma reclassificação do saldo de “Fornecedores” dos exercícios anteriores.

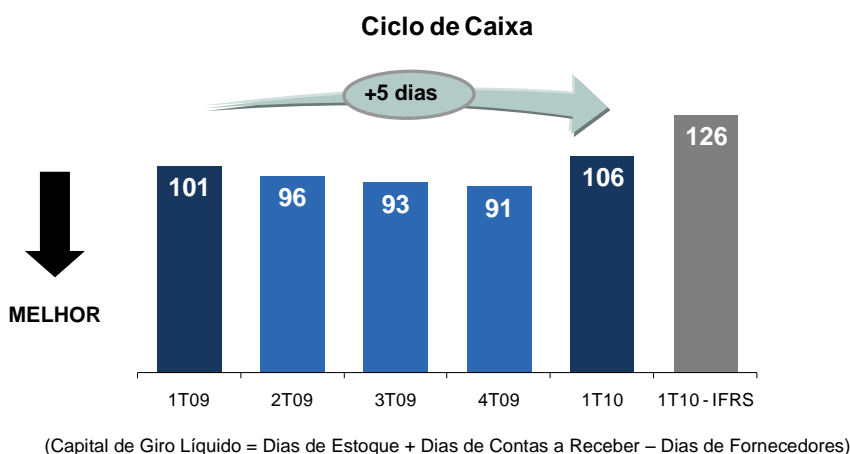
Adicionalmente, também a partir do 3º trimestre de 2009, iniciou-se a contabilização da Substituição Tributária (ST) para grande parte do sortimento de produtos vendidos pela Companhia. Assim, além do efeito já explicado na receita líquida e margens, a ST também acarreta em mudanças no capital de giro, uma vez que os impostos sobre compras e vendas passam a ser incorporados no Custo da Mercadoria Vendida (CMV) e alteram, conseqüentemente, o saldo de Estoques e de Fornecedores do Balanço Patrimonial.

O efeito da ST é praticamente nulo no cálculo de dias de Estoques, pois a variação do saldo desta conta no balanço ocorre na mesma proporção da variação do CMV no resultado. No caso do cálculo de dias de Fornecedores, entretanto, o efeito é negativo, pois a variação do saldo de balanço é substancialmente menor que a variação do CMV.

Assim, os gráficos de capital de giro deste comentário de desempenho são apresentados com o cálculo de dias de Fornecedores pro-forma, incluindo os efeitos da ST nos trimestres anteriores à entrada do novo regime, de modo a analisar apropriadamente a evolução histórica desta variável. Apresentamos em cada variável a metodologia de cálculo utilizada.

CAPITAL DE GIRO DA CONTROLADORA [Aumento de 5 dias no Ciclo de Caixa do 1T10]

Considerando a antiga norma contábil, o Capital de Giro Líquido da Controladora foi de 106 dias no 1º trimestre de 2010, comparado ao total de 101 dias obtido no 1º trimestre de 2009. Ao final do 1º trimestre de 2010 o Capital de Giro Líquido da Controladora em IFRS foi de 126 dias.



A B2W, ratificando seu compromisso de maximização de valor aos acionistas, continua trabalhando na gestão das variáveis de capital de giro. Deste modo, oportunidades de melhorias em processos internos e de relacionamento com fornecedores vêm sendo implementadas, e estamos certos que melhores patamares podem ser atingidos.

EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL [+633% no 1T10]

A equivalência patrimonial contempla, basicamente, as subsidiárias Ingresso.com, B2W Viagens e Submarino Finance. No 1º trimestre de 2010 o resultado de equivalência patrimonial registrou um ganho líquido de R\$2,2 milhões, com crescimento de 633% sobre o mesmo período do ano anterior. Os resultados das subsidiárias vêm superando nossas expectativas, o que nos deixa muito otimistas com relação às perspectivas de crescimento das mesmas.

INDICADORES E DESTAQUES DAS SUBSIDIÁRIAS

- ✓ **Ingresso.com.** Dando continuidade ao plano de expansão internacional, a B2W está replicando seu modelo de negócios para venda online de ingressos de cinema na Argentina, em parceria com a Cinemark. Além disso, a operação do México continua evoluindo, e já oferece ingressos online para mais de 30 cinemas em diversas cidades do país. No Brasil, a Ingresso.com mantém um forte ritmo de crescimento, impulsionada pela venda de ingressos para grandes sucessos como o filme Avatar, com recorde de bilheteria também na internet, e pela crescente exibição de filmes em 3D e em cinemas com assento marcado.
- ✓ **B2W Viagens.** As operações de viagens continuam apresentando altas taxas de crescimento, em linha com o plano de negócios. Foi lançada a campanha “Melhor Preço Garantido” no Submarino Viagens, que certifica que o cliente sempre encontrará passagens aéreas pelo menor preço. Caso contrário, devolve-se a diferença em dinheiro mais um vale viagem no valor de R\$100,00 para posterior utilização na compra de um pacote ou cruzeiro marítimo. Além disso, continuamos investindo em inovação, variedade de destinos e qualidade do serviço, oferecendo sempre as melhores condições do mercado em suas três marcas: Submarino Viagens, Americanas Viagens e Shoptime Viagens.
- ✓ **Submarino Finance.** A participação do cartão próprio nas vendas tem aumentado gradativamente, superando a marca de 26% do total de vendas do site Submarino no mês de março/2010. O Submarino Finance foi premiado pela MasterCard no evento Best Performance 2010 na categoria de marketing com o case “Cartão Submarino MasterCard: uma experiência de sucesso online”. O case descreve o processo inovador de abertura de cartão para varejistas online e seus desafios. O prêmio foi o único entregue a uma instituição não-bancária. Atualmente o Cartão Submarino tem uma base de mais de 500.000 cartões.

GOVERNANÇA CORPORATIVA E MERCADO DE CAPITAIS

A B2W é constituída sob as regras estabelecidas pelo Novo Mercado da Bovespa, o mais alto nível de Governança Corporativa. Estas incluem uma base acionária composta exclusivamente por ações ordinárias e a eleição de membros independentes para o Conselho de Administração. A B2W conta com um Conselho de Administração formado por nove membros, sendo cinco indicados por Lojas Americanas e quatro membros independentes.

Lojas Americanas e B2W assinaram um Termo de Voto e de Assunção de Obrigações que rege os assuntos de Governança Corporativa e os itens relativos à participação acionária. Por um período de quatro anos iniciados em 13 de Dezembro de 2006, Lojas Americanas está impedida de adquirir ações adicionais da B2W que superem a quantidade de 10% do *free-float*, sem a aprovação prévia da maioria dos membros independentes do Conselho de Administração. Lojas Americanas também esteve impedida de vender suas ações da B2W por um período de dois anos contados a partir da mesma data.

Os processos de abertura de capital e de adesão ao Novo Mercado foram deferidos pela CVM e BOVESPA nos dias 25 e 26 de julho de 2007, respectivamente.

As ações da B2W estão listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) e começaram a ser negociadas sob o código BTOW3 (ordinárias) em 08 de agosto de 2007.

Seguem abaixo breve descrição dos principais eventos corporativos ocorridos ao longo do 1º Trimestre de 2010:

Em 31 de dezembro de 2009, foram eleitos, em reunião do Conselho de Administração, o Sr. Murilo dos Santos Corrêa para o cargo de Diretor de Relações com Investidores e o Sr. Jorge Alberto de Faria Reis para o cargo de co-Diretor Operacional.

Em 30 de abril de 2010, foram realizadas as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Companhia, ocasião em que foram aprovadas as seguintes Deliberações:

- 1- Tomada das contas dos administradores, e aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2009.
- 2- Destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2009, e aprovação da distribuição dos Dividendos no valor total de R\$11.307.118,46 (onze milhões, trezentos e sete mil, cento e dezoito reais e quarenta e seis centavos).
- 3- Proposta de adoção do Orçamento de Capital, para o exercício social de 2010.
- 4- Recondução do Sr. Celso Alves Ferreira Louro, ao cargo de membro do Conselho de Administração.

Em reunião do Conselho de Administração em 03 de maio de 2010, foi ratificada por unanimidade a renúncia do Sr. Augusto Marques da Cruz Filho, e a condução do Sr. Carlos Eduardo Rugani Barcellos, ao cargo de membro independente do Conselho de Administração.

As atas da AGO/E e RCA supracitadas, assim como as demais informações financeiras e corporativas da B2W encontram-se disponíveis para consultas em nosso site de Relação com Investidores, em www.b2winc.com.

ANEXO I – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO TRIMESTRAL

B2W - Companhia Global do Varejo						
Demonstrativo de Resultados (em milhões de reais, exceto lucro por ação)	Controladora Períodos findos em 31 de Março			Consolidado Períodos findos em 31 de Março		
	1T10	1T09	Delta	1T10	1T09	Delta
	Reapresentação	Reapresentação		Reapresentação	Reapresentação	
Receita bruta de vendas	971,3	832,5	18%	1.046,4	912,6	16%
<i>AVP venda</i>	<i>(34,2)</i>	<i>(38,5)</i>		<i>(34,2)</i>	<i>(38,5)</i>	
Impostos, devoluções e descontos	(94,0)	(173,6)	-47%	(107,9)	(191,8)	-45%
<i>AVP deduções da receita bruta</i>	<i>9,0</i>	<i>12,2</i>		<i>9,0</i>	<i>12,2</i>	
Receita líquida	852,1	632,6	35%	913,3	694,5	32%
Custo da Mercadoria Vendida	(645,4)	(446,3)	47%	(669,4)	(486,0)	40%
<i>AVP estoques</i>	<i>14,9</i>	<i>17,1</i>		<i>14,9</i>	<i>17,1</i>	
Lucro bruto	221,6	203,4	9%	258,8	225,6	15%
<i>Margem bruta (% RL)</i>	<i>26,0%</i>	<i>32,2%</i>	<i>-6,2 p.p.</i>	<i>28,3%</i>	<i>32,5%</i>	<i>-4,2 p.p.</i>
<i>Margem bruta (% RB)</i>	<i>23,6%</i>	<i>25,6%</i>	<i>-2,0 p.p.</i>	<i>25,6%</i>	<i>25,8%</i>	<i>-0,2 p.p.</i>
Despesas Operacionais	(149,5)	(138,7)	8%	(173,9)	(148,6)	17%
Com vendas	(115,0)	(106,8)	8%	(139,0)	(119,1)	17%
Gerais e administrativas	(12,6)	(12,3)	2%	(16,2)	(14,0)	16%
<i>Despesa com plano de opção de ações (SOP)</i>	<i>(0,4)</i>	<i>(0,4)</i>	<i>0%</i>	<i>(0,4)</i>	<i>(0,4)</i>	<i>0%</i>
Depreciação e amortização	(14,7)	(15,9)	-8%	(11,5)	(11,8)	-3%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(6,8)	(3,3)	106%	(6,8)	(3,3)	106%
Resultado Operacional	72,1	64,7	11%	84,9	77,0	10%
Resultado Financeiro Líquido	(58,4)	(51,1)	14%	(62,3)	(58,0)	7%
Receitas financeiras	34,9	11,9	193%	35,9	13,0	176%
Despesas Financeiras	(98,9)	(77,2)	28%	(103,8)	(85,2)	22%
<i>AVP reversão Vendas e Deduções</i>	<i>19,8</i>	<i>31,7</i>	<i>-38%</i>	<i>19,8</i>	<i>31,7</i>	<i>-38%</i>
<i>AVP reversão Fornecedores</i>	<i>(14,2)</i>	<i>(17,5)</i>	<i>-19%</i>	<i>(14,2)</i>	<i>(17,5)</i>	<i>-19%</i>
Equivalência Patrimonial	2,2	0,3	633%	-	-	
Imposto de renda e contribuição social	(5,0)	(1,0)	400%	(9,0)	(3,3)	173%
<i>Eleitos fiscais</i>	<i>0,4</i>	<i>(3,6)</i>	<i>-111%</i>	<i>0,4</i>	<i>(3,6)</i>	<i>-111%</i>
Lucro líquido do exercício	11,3	9,3	22%	14,0	12,1	16%
<i>Margem Líquida (% RL)</i>	<i>1,3%</i>	<i>1,5%</i>	<i>-0,2 p.p.</i>	<i>1,5%</i>	<i>1,7%</i>	<i>-0,2 p.p.</i>
<i>Margem Líquida (% RB)</i>	<i>1,2%</i>	<i>1,2%</i>	<i>0,0 p.p.</i>	<i>1,4%</i>	<i>1,4%</i>	<i>0,0 p.p.</i>
EBITDA	93,6	83,9	12%	103,2	92,1	12%
<i>Margem EBITDA (% RL)</i>	<i>11,0%</i>	<i>13,3%</i>	<i>-2,3 p.p.</i>	<i>11,3%</i>	<i>13,3%</i>	<i>-2,0 p.p.</i>
<i>Margem EBITDA (% RB)</i>	<i>10,0%</i>	<i>10,6%</i>	<i>-0,6 p.p.</i>	<i>10,2%</i>	<i>10,5%</i>	<i>-0,3 p.p.</i>
Quant. total de ações (mil)	113.535	113.535		113.535	113.535	
Quant. ações em tesouraria (mil)	3.341	3.341		3.341	3.341	
Ações em Circulação (mil)	110.194	110.194		110.194	110.194	
Lucro por Ação (R\$)	0,1028	0,0842	22%	0,1273	0,1102	16%

ANEXO II – BALANÇOS PATRIMONIAIS

B2W - Companhia Global do Varejo Balanço Patrimonial (em milhões de reais)	Controladora		Consolidado	
	31/3/2010	31/12/2009	31/3/2010	31/12/2009
	Reapresentação	Reapresentação	Reapresentação	Reapresentação
ATIVO				
CIRCULANTE				
Disponibilidades	345,2	597,0	360,8	609,9
Contas a receber de clientes	379,5	272,3	548,3	424,3
Estoques	391,6	463,7	408,4	485,6
Impostos a recuperar	54,8	59,0	58,1	64,2
Despesas antecipadas e Outros	76,9	58,3	80,4	62,5
Total do ativo circulante	1.248,0	1.450,3	1.456,0	1.646,5
NÃO CIRCULANTE				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	94,7	91,4	118,7	120,5
Depósitos judiciais e Outros créditos a receber	47,1	61,7	33,6	51,4
Investimentos	32,2	30,0	-	-
Imobilizado	90,9	88,0	96,6	92,8
Intangível	410,0	381,1	423,1	392,8
Diferido	56,3	60,4	-	-
Total do ativo não circulante	731,2	712,6	672,0	657,5
TOTAL DO ATIVO	1.979,2	2.162,9	2.128,0	2.304,0
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	333,8	568,2	352,3	580,9
Empréstimos e financiamentos	261,0	200,3	409,3	345,8
Salários, provisões e contribuições sociais	6,5	6,3	8,6	8,2
Tributos a recolher	6,8	10,3	12,0	19,0
Dividendos propostos	11,3	11,3	11,3	11,3
Outras obrigações	24,2	29,0	30,0	35,7
Total do passivo circulante	643,6	825,4	823,5	1.000,9
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Exigível a longo prazo:				
Empréstimos e financiamentos	1.057,2	1.073,4	1.062,3	1.073,4
Tributos a recolher	13,8	7,9	15,2	13,5
Provisões para contingências e Outras obrigações	20,7	23,0	20,6	23,2
Total do passivo não circulante	1.091,7	1.104,3	1.098,1	1.110,1
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	181,6	181,6	181,6	181,6
Reservas de capital	5,7	5,3	5,7	5,3
Ajuste de avaliação patrimonial	0,3	1,3	0,3	1,3
Reserva de lucros e outros	56,3	45,0	18,8	4,8
Total do patrimônio líquido	243,9	233,2	206,4	193,0
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.979,2	2.162,9	2.128,0	2.304,0

ANEXO III – DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA

B2W - Companhia Global do Varejo						
Demonstrativo de Fluxo de Caixa						
(em milhões de reais)						
Atividades Operacionais	Controladora			Consolidado		
	31/03/2010 Reapresentação	31/03/2009 Reapresentação	Delta	31/03/2010 Reapresentação	31/03/2009 Reapresentação	Delta
Lucro líquido do período	11,3	9,3	2,0	14,0	12,1	1,9
Ajustes ao lucro líquido:						
Depreciações e amortizações	14,7	15,9	(1,2)	11,5	11,8	(0,3)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3,6	3,7	(0,1)	4,5	4,6	(0,1)
Juros, variações monetárias e cambiais	50,4	62,6	(12,2)	54,6	69,6	(15,0)
Equivalência patrimonial	(2,2)	(0,3)	(1,9)	-	-	-
Outros	2,3	(3,9)	6,2	5,2	(4,3)	9,5
Lucro líquido ajustado	80,1	87,3	(7,2)	89,8	93,8	(4,0)
Variações de Capital de Giro :						
Contas a receber	48,5	123,3	(74,8)	35,1	202,3	(167,2)
Estoques	72,2	(4,2)	76,4	77,3	14,9	62,4
Fornecedores	(233,7)	(12,8)	(220,9)	(227,9)	(15,2)	(212,7)
Variações em capital de giro:	(113,0)	106,3	(219,3)	(115,5)	202,0	(317,5)
Variações em ativos:						
Despesas antecipadas	(0,7)	9,4	(10,1)	(0,7)	7,4	(8,1)
Depósitos judiciais	(0,3)	(0,4)	0,1	(0,3)	(0,4)	0,1
Impostos a recuperar	4,2	(1,4)	5,6	5,7	-	5,7
Demais contas a receber (circulante e não circulante)	(2,1)	(102,9)	100,8	1,6	(100,6)	102,2
Variações em ativos:	1,1	(95,3)	96,4	6,3	(93,6)	99,9
Variações em passivos:						
Salários e encargos sociais	0,2	(3,7)	3,9	0,4	(3,4)	3,8
Tributos a Recolher	(3,5)	(19,2)	15,7	(7,0)	(18,3)	11,3
Outras obrigações (circulante e não circulante)	(7,8)	0,4	(8,2)	(8,7)	(14,3)	5,6
Variações em passivos:	(11,1)	(22,5)	11,4	(15,3)	(36,0)	20,7
Fluxo de caixa de atividades operacionais	(42,9)	75,8	(118,7)	(34,7)	166,2	(200,9)
Atividades de Investimento						
Investimento em Controladas	-	(1,0)	1,0	-	-	-
Aquisições ao Imobilizado e Intangível	(39,6)	(48,1)	8,5	(42,8)	(49,5)	6,7
Fluxo de Caixa de atividades de investimento	(39,6)	(49,1)	9,5	(42,8)	(49,5)	6,7
Atividades de Financiamento						
Adições	50,0	8,8	41,2	57,8	8,8	49,0
Pagamentos	(20,6)	(7,2)	(13,4)	(24,6)	(48,7)	24,1
Debêntures	(19,2)	(28,6)	9,4	(19,2)	(28,6)	9,4
Títulos e valores mobiliários	207,4	98,4	109,0	207,3	62,4	144,9
Desconto de recebíveis	(184,0)	(84,6)	(99,4)	(190,3)	(84,6)	(105,7)
Recompra de ações de emissão da Companhia	-	(0,8)	0,8	-	(0,8)	0,8
Fluxo de Caixa das atividades de financiamento	33,6	(14,0)	47,6	31,0	(91,5)	122,5
Acréscimo (redução) líquido em disponibilidades	(48,9)	12,6	(61,5)	(46,5)	25,1	(71,6)
Caixa e Bancos no início do período	57,0	26,7		62,0	37,3	
Caixa e Bancos no final do período	8,1	39,3		15,6	62,4	

INFORMAÇÕES SOBRE A TELECONFERÊNCIA E WEBCAST

Teleconferência com tradução simultânea para o inglês seguida de sessão bilingüe de perguntas e respostas.



Eventos 1T10 | 1Q10 Events
BUSINESS TO WORLD – COMPANHIA GLOBAL DO VAREJO
www.b2winc.com

Divulgação de Resultados 13 de maio de 2010 (quinta-feira) (após fechamento da Bovespa)	Earnings Release May 13 th , 2010 (Thursday) (after Bovespa's trading hours)
Teleconferência com Webcast (em Português - tradução simultânea para Inglês) 14 de maio de 2010 (sexta-feira) 12h00 (horário de Brasília)	Conference Call and Webcast (in Portuguese - simultaneous translation into English) May 14 th , 2010 (Friday) 11:00 a.m. (US EDT)
Acesso: +55 (11) 4688.6361	Connection: +1 (786) 924.6977
Código: B2W	Code: B2W
Replay: até 20 de maio de 2010 Acesso: +55 (11) 4688.6312 Código: 46650	Replay: until May 20 th , 2010 Access: +55 (11) 4688.6312 Code: 46651
Palestrante: Murilo Corrêa	Speaker: Murilo Corrêa
Equipe de Relações com Investidores ri@b2winc.com +55 (21) 2206.6000	Investor Relations Team ri@b2winc.com +55 (21) 2206.6000

¹ EBITDA (ou LAJIDA), lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização e excluindo despesas extraordinárias, é apresentado como informação adicional porque acreditamos tratar-se de um indicador importante de nosso desempenho operacional, além de ser útil para a comparação de nosso desempenho com outras companhias do setor de varejo. No entanto, nenhum número deverá ser considerado isoladamente como um substituto para o lucro líquido apurado de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ou ainda, como uma medida da lucratividade da Companhia. Além disso, nossos cálculos podem não ser comparáveis a outras medidas similares adotadas por outras companhias

Nós fazemos declarações sobre eventos futuros que estão sujeitas a riscos e incertezas. Tais declarações têm como base crenças e suposições de nossa Administração e informações a que a Companhia atualmente tem acesso. Declarações sobre eventos futuros incluem informações sobre nossas intenções, crenças ou expectativas atuais, assim como aquelas dos membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia.

As ressalvas com relação a declarações e informações acerca do futuro também incluem informações sobre resultados operacionais possíveis ou presumidos, bem como declarações que são precedidas, seguidas ou que incluem as palavras "acredita", "poderá", "irá", "continua", "espera", "prevê", "pretende", "planeja", "estima" ou expressões semelhantes.

As declarações e informações sobre o futuro não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e suposições porque se referem a eventos futuros, dependendo, portanto, de circunstâncias que poderão ocorrer ou não. Os resultados futuros e a criação de valor para os acionistas poderão diferir de maneira significativa daqueles expressos ou sugeridos pelas declarações com relação ao futuro. Muitos dos fatores que irão determinar estes resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da B2W.

1. Contexto operacional

A B2W - Companhia Global do Varejo (“B2W” ou “Companhia”), com sede no município e Estado do Rio de Janeiro, é uma Sociedade Anônima de capital aberto, resultante da fusão entre a Americanas.com S.A. - Comércio Eletrônico (Americanas.com) e a Submarino S.A. (fusão aprovada em 13 de dezembro de 2006 pelos seus acionistas).

A Companhia e suas controladas têm como objeto social a comercialização varejista e atacadista de bens e produtos em geral por diversos meios de comercialização, em especial a Internet; aluguel de filmes e correlatos; intermediação e distribuição de ingressos, passagens e tíquetes para atrações públicas, parques e eventos em geral; importação de produtos para revenda; prestação de serviços de promoção, desenvolvimento mercadológico e oferecimento de produtos de crédito; e diversos outros produtos e serviços dedicados ao consumidor em geral.

A B2W possui em seu portfólio as marcas Americanas.com, Shoptime, Submarino, Submarino Finance, B2W Viagens, Ingresso.com e Blockbuster *on-line*, que oferecem centenas de milhares de produtos e serviços em diversas categorias por intermédio dos canais de distribuição internet, catálogos, TV e quiosques. A B2W também oferece serviços de comércio eletrônico terceirizado para algumas das empresas líderes na área de bens de consumo (*business to business to consumer* - B2B2C).

2. Apresentação das Informações Trimestrais

As Informações Trimestrais (“ITRs”) foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com legislação societária (disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, alterada pela Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007, pela Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008, posteriormente convertida pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009), os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) vigentes em 31 de dezembro de 2009, que são diferentes daquelas que serão utilizadas para elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010.

Até a data de preparação destas Informações Trimestrais (“ITRs”), o CPC emitiu 40 novos pronunciamentos técnicos, os quais foram aprovados por Deliberações da CVM, para aplicação mandatória a partir de 31 de dezembro de 2010, com aplicação retroativa a 2009 para fins de comparabilidade.

A CVM, por meio da Deliberação 603 de 10 de novembro de 2009, facultou às companhias abertas a apresentação das informações trimestrais durante o exercício de 2010 conforme as práticas contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2009.

A Administração concluiu avaliação preliminar de quais novos pronunciamentos contábeis impactarão as demonstrações financeiras da Companhia e está na fase inicial do processo de cálculo dos possíveis impactos. Desta forma, está apresentando as ITRs de 31 de março de 2010 com base nas práticas contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2009. Considerando a extensão e a complexidade das alterações requeridas pelos novos pronunciamentos contábeis, a Administração entende que o processo de cálculo envolve a revisão de fluxos, controles internos, sistemas e outros aspectos relevantes. Até este momento, as análises não estão suficientemente avançadas para permitir a apresentação de estimativas seguras dos possíveis efeitos da adoção dos novos normativos contábeis.

Na avaliação preliminar da Administração os principais Pronunciamentos, Orientações

e Interpretações emitidas pelo CPC que poderão ter efeito nas demonstrações financeiras a partir do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2010, são os seguintes:

CPC 16 – Estoques: Estabelece, principalmente, o tratamento dos estoques da Companhia no que se refere ao reconhecimento, mensuração, redução ao valor realizável líquido, critérios de custeio, forma de apropriação do custo ao resultado e requerimentos de divulgação em nota explicativa às demonstrações financeiras. O pronunciamento enfatiza ainda que os descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes devem ser deduzidos na determinação do custo de aquisição.

CPC 20 - Custos de Empréstimos: Esse CPC determina que os encargos financeiros derivados de financiamentos sejam capitalizados quando os recursos são utilizados para a obtenção de determinado ativo qualificável, mesmo que estes financiamentos não tenham sido claramente obtidos para este fim.

CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Financeiras: Estabelece, principalmente, a base para a apresentação das demonstrações financeiras, mediante a determinação de requisitos gerais para a apresentação, diretrizes para a sua estrutura e o conteúdo mínimo a ser incluído nas demonstrações financeiras. Foram adicionados dois requerimentos novos em relação à prática antiga: i) demonstração do resultado abrangente; ii) apresentação de três balanços patrimoniais nas situações em que a Companhia aplica uma política contábil de forma retroativa ou reapresenta itens em suas demonstrações financeiras.

A Companhia entende que o referido Pronunciamento Técnico produzirá impactos sobre a apresentação de suas demonstrações financeiras anuais, uma vez que define extensivos requerimentos de divulgação sobre políticas contábeis e a introdução da demonstração do resultado abrangente.

CPC 27 - Ativo Imobilizado: Dentre outros conceitos, estabelece que o custo de um item do ativo imobilizado inclui (i) seu preço de aquisição; (ii) custos diretos para colocar o ativo em condições de funcionamento; e (iii) estimativa inicial de custos de desmontagem, remoção e restauração do local. Adicionalmente, determina que a depreciação deva ser reconhecida de forma sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, e que a base de cálculo do valor depreciável não inclui o valor residual a ser recuperado por meio de venda ou sucateamento ao final de sua vida útil.

CPC 32 Tributos sobre o Lucro: A Companhia não espera que essa norma produza impactos relevantes sobre suas informações trimestrais, uma vez que sua prática contábil em relação aos tributos sobre o lucro, na forma do Imposto de Renda da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, corrente e diferido, já está alinhada com a prática contábil requerida por este CPC. Os efeitos, se houver, estarão caracterizados pela constituição de impostos diferidos sobre as diferenças temporárias em razão da adoção de outros pronunciamentos.

CPC 36 - Demonstrações Consolidadas e ICPC 09 – Demonstrações Financeiras Individuais, Demonstrações Financeiras Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial: Abordam os critérios, procedimentos e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Adicionalmente, estabelecem a forma de contabilização para a aquisição e alienação de participações societárias em controladas que não resultem em ganho e perda de controle acionário, respectivamente.

CPC 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40: Em conjunto com o CPC 37 – Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade, estabelece os critérios para adoção inicial dos CPCs 15 a 40 e especifica que as exceções em relação às regras internacionais estão limitadas a manutenção da equivalência

patrimonial nas demonstrações financeiras individuais que possuam investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial e manutenção do ativo diferido formado até 31 de dezembro de 2008 até a sua total amortização.

ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento: Esta interpretação tem o objetivo de tratar de alguns assuntos relativos à implementação inicial do CPC 27 - Ativo Imobilizado, CPC 28 – Propriedade para Investimento, CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e CPC 43 - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 15 a 40. Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial dos CPC 27, há a opção de proceder a ajustes nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 e 43.

Administração da Companhia contratou empresa especializada que está revisando seu ativo fixo e respectiva vida útil remanescente com o objetivo de avaliar o deemed cost destes ativos e a razoabilidade das taxas de depreciação destes ativos.

3. Principais práticas contábeis

a) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas e julgamentos para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Sendo assim, nestas demonstrações financeiras são incluídas várias estimativas referentes às vidas úteis do ativo imobilizado, ao retorno dos benefícios a serem auferidos com os ativos intangíveis e diferidos, as provisões para vendas em contas a receber de clientes e estoques, as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos, à expectativa de realização de imposto de renda e de contribuição social diferidos, às provisões necessárias para passivos contingentes, a mensuração do valor do benefício concedido através do plano de opção de compras de ações, do valor justo dos instrumentos financeiros, à determinação de provisão para imposto de renda e as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos conforme Instrução CVM nº 475/08, as quais, apesar de refletirem a melhor estimativa e julgamento possível por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais, quando realizados.

b) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se o seguinte:

- (i) As receitas de vendas de mercadorias e serviços, que incluem o frete cobrado de clientes, são reconhecidas quando da transferência da propriedade e dos riscos a terceiros pelos seus valores brutos e deduzidas de devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas. Os pedidos de venda aprovados pelas administradoras de cartões de crédito, cujos produtos ainda não foram faturados nem entregues aos clientes, e as vendas de vales-presentes que se encontram em poder dos clientes e que serão utilizados futuramente, são registrados como “Outras obrigações” classificadas no passivo circulante;

- (ii) Os custos de mercadorias vendidas e dos serviços prestados incluem o custo de aquisição de mercadorias e custos com serviços, deduzido das bonificações em produtos recebidas dos fornecedores;
- (iii) As despesas com publicidade são reconhecidas quando da sua efetiva veiculação deduzidas da participação dos fornecedores;
- (iv) As despesas com fretes relacionados à entrega de mercadorias ao consumidor são classificadas como despesas com vendas.

c) Moeda estrangeira

Em função da definição da moeda funcional como sendo o Real, os ativos e passivos indexados em moeda estrangeira foram convertidos para reais, pela taxa de câmbio da data de fechamento dos balanços e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas nos resultados dos exercícios na rubrica e variação cambial.

d) Instrumentos financeiros

- (i) Classificação e mensuração:

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas são classificados sob as seguintes categorias: (1) ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e do patrimônio líquido; e (2) passivos financeiros mantidos até o vencimento e mensurados ao valor justo. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados. A Administração da Companhia e de suas controladas classificam seus ativos e passivos financeiros no momento inicial da contratação.

- (ii) Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e do patrimônio líquido:

Nessa categoria estão incluídos as aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas (os quais são classificadas como disponível a venda e estão registradas no ativo circulante), bem como os instrumentos financeiros derivativos e respectivas dívidas objeto de proteção (“*hedge*”) quando atendidas as condições de “*hedge accounting*”. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo são registrados nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras” no caso dos instrumentos financeiros derivativos e as respectivas dívidas de proteção e, no caso das aplicações financeiras, na rubrica “ajuste de avaliação patrimonial”, classificada no patrimônio líquido até sua efetiva realização, quando a variação é refletida no resultado e o efeito registrado no patrimônio Líquido revertido.

- (iii) Passivos financeiros mantidos até o vencimento:

No caso da Companhia e de suas controladas, compreendem, basicamente determinados empréstimos e financiamentos bancários de moeda nacional (não “protegidos” por instrumentos financeiros) e debêntures. São mensurados ao custo amortizado considerando o método da taxa efetiva de juros, sendo registrados ao resultado dos exercícios de acordo com o período de competência sobre as rubricas de “Receitas Financeiras” ou “Despesas Financeiras”.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos:

São reconhecidos pelo valor de custo de aquisição na data em que são contratados e são, subseqüentemente, remensurados ao seu valor justo de mercado, com as variações registradas contra o resultado do exercício (resultado financeiro). Tendo em vista a Companhia e suas controladas fazerem uso de derivativos com o objetivo de proteção (“*hedge*”), é adotada a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção (“*hedge accounting*”).

e) Contas a receber

As contas a receber de clientes, representadas basicamente por vendas parceladas com cartões de crédito, estão registradas, líquidas de descontos por antecipações. As vendas efetuadas por meio de operações corporativas, projetos de fidelidade e acordos comerciais, estão registradas na rubrica “Outras contas a receber”.

As transações registradas nas contas a receber foram ajustadas a valor presente, conforme melhor explicado na Nota 3o.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos considerando o histórico de perdas monitorado pela Administração.

f) Estoques

Os estoques estão demonstrados ao custo médio de aquisição, ajustados pelo efeito do ajuste a valor presente calculado sobre fornecedores (compras a prazo), que não excedem o valor de sua realização. A provisão para perdas nos estoques é constituída com base em estimativas, considerando-se dados históricos monitorados pela Administração.

g) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e controlada em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. As suas demonstrações financeiras utilizadas para a aplicação do método da equivalência patrimonial são preparadas com base em práticas contábeis e em datas-base uniformes com as utilizadas pela Controladora.

h) Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 10. A amortização das benfeitorias em imóveis alugados tais como centros de distribuição é calculada com base nos respectivos prazos dos contratos de locação.

A Companhia e suas controladas estão analisando os impactos da revisão do prazo de vida útil econômica dos bens corpóreos e incorpóreos. A referida revisão será concluída durante o exercício social de 2010 e eventuais mudanças na estimativa da vida útil econômica dos ativos, decorrentes dessa avaliação, se relevantes, serão tratadas como mudança de estimativas contábeis a serem reconhecidas de forma prospectiva a partir de 01 de janeiro de 2010, conforme dispensa prevista no parágrafo 7 do ICPC 10.

i) Intangível

Os ágios apurados nas aquisições de investimentos, inclusive de incorporação, decorrentes de expectativa de rentabilidade futura, foram amortizados até 31 de dezembro de 2008 utilizando os prazos de 5 a 10 anos, conforme proporção dos resultados futuros esperados nas investidas. Os valores de ágios por expectativa de rentabilidade futura não são mais amortizados a partir de 01 de janeiro de 2009 e têm o seu valor recuperável testado anualmente ou sempre que julgado necessário.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia preparou avaliação com base em projeções de resultados futuros para determinar eventual necessidade de *impairment* destes ágios, concluindo que o registro de eventual ajuste para perda seria desnecessário.

Os gastos relacionados com o desenvolvimento de *web sites* (principal canal de vendas da Companhia), tais como desenvolvimento de aplicativos operacionais, infra-estrutura tecnológica (compra e desenvolvimento interno de softwares e instalação de aplicativos nos *sites*), bem como o desenvolvimento gráfico são registrados como intangível, conforme previsto no Pronunciamento CPC 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008 ("CPC 04"). Estes gastos são amortizados de forma linear considerando-se o prazo estipulado para sua utilização e benefícios a serem auferidos (Nota 11).

Os gastos incorridos com aquisição de softwares para uso interno tais como sistemas ERP e sistemas modulares são capitalizados conforme previsto no CPC 04 e amortizados de forma linear considerando-se o prazo estimado de sua utilização e benefícios a serem auferidos (Nota 11).

j) Diferido

Em conexão com a Lei nº 11.941/09, a Companhia optou em manter no grupo Diferido os saldos relacionados com despesas pré-operacionais que apresentam evidência de recuperabilidade (Nota 12) até sua integral realização pelo prazo dos benefícios auferidos.

k) Passivos circulante e não circulante

As provisões são reconhecidas no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal como resultado de um evento passado e quando um recurso econômico seja provável de ser requerido para saldar esta obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l) Imposto de renda e contribuição social

Constituídos com base nos lucros tributáveis, pelas alíquotas vigentes conforme legislação específica. O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no ativo e no passivo circulantes e não circulantes decorrem de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social e de despesas e receitas apropriadas ao resultado, entretanto, indedutíveis ou não tributadas temporariamente (Nota 8).

Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízo fiscal, de base negativa da contribuição social e de diferenças temporárias bem como os ajustes decorrentes

da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, foram constituídos em conformidade com as Normas e Procedimentos de Contabilidade 25 (NPC 25) - Contabilização do Imposto de Renda e da Contribuição Social, emitidas pelo IBRACON em maio de 1998, e com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado, anualmente, pelo Conselho de Administração.

m) Outros ativos e passivos de curto prazo

As demais contas estão demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data dos balanços.

n) Recuperabilidade de ativos

A Companhia e suas controladas analisaram o valor contábil líquido dos ativos imobilizado, intangível e diferido com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deteriorização, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Com base nas análises efetuadas, não foram identificadas evidências que requereriam ajustes para perda por redução de seu valor de recuperação.

o) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

As operações de compras e vendas a prazo, prefixadas, e demais ativos e passivos, quando aplicáveis e relevantes, foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos das referidas transações. Para as contas a receber de clientes, utilizou-se a taxa média de desconto de 9,69% a.a. em 31 de março de 2010 e 11,76% a.a. em 31 de dezembro de 2009 e, para fornecedores a taxa de captação de 10,58% a.a. em 31 de março de 2010 e 12,60% a.a. em 31 de dezembro de 2009.

A constituição do ajuste a valor presente de compras a prazo é registrada nas rubricas "Fornecedores" e "Estoques" (Nota 6) e sua reversão tem como contrapartida a rubrica "Despesas financeiras" e "Custos das mercadorias vendidas", respectivamente, pela fruição de prazo, no caso de Fornecedores, e pela realização dos estoques em relação aos valores neles registrados. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a rubrica "Contas a receber de clientes" (Nota 5) e sua realização é registrada na rubrica "Receitas financeiras", pela fruição do prazo.

p) Lucro líquido por ação

Calculado com base no número de ações em circulação nas datas dos balanços, que compreende o número de ações do capital social integralizado, excluídas as ações em tesouraria.

q) Plano de opção de compra de ações

O valor justo dos respectivos instrumentos financeiros é calculado na data da outorga do programa de opção de compra de ações, com base em modelos de precificação usualmente adotados pelo mercado. Estes modelos são calculados utilizando-se quando aplicável, premissas tais como valor de mercado da ação,

preço de exercício da opção, volatilidade do preço das ações da Companhia, taxa de juros livre de risco, prazo de vigência do contrato (“*vesting period*”) e *dividend yield*. Os custos de remuneração atrelados a estes programas são registrados em despesas operacionais pelo método linear durante o período de prestação de serviços pelo seu beneficiário sendo a contraparte uma reserva de capital no patrimônio líquido.

r) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

s) Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em conformidade com os princípios de consolidação emanados da legislação societária brasileira e pela CVM nº 247/96, e abrangem as demonstrações financeiras da controladora, das empresas controladas e controlada em conjunto (consolidada proporcionalmente), indicadas na Nota 9.

As práticas contábeis foram consistentemente aplicadas em todas as empresas consolidadas de acordo com as práticas contábeis descritas nesta Nota 3. No processo de consolidação, foram feitas as seguintes eliminações:

- ▶ Dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- ▶ Das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- ▶ Dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, quando aplicável, decorrentes de transações entre as empresas do grupo.

Inexistem diferenças no lucro líquido do exercício e no patrimônio líquido entre controladora e consolidado.

4. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
Certificados de Depósito Bancário - CDB's	179.880	238.537	182.411	241.229
Debêntures	157.244	301.473	162.768	306.603
	337.124	540.010	345.179	547.832

Os títulos e valores mobiliários estão sob a custódia de instituições financeiras de primeira linha.

Os Créditos de Depósito Bancário - CDB, com liquidez imediata, são remunerados à taxas entre 100,0% e 105,2% do CDI.

As Debêntures estão registradas ao seu valor justo, remuneradas por taxas que variam entre 100,00% e 105,0% do CDI, podendo ser negociadas a qualquer momento (“disponível para venda”).

5. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
Cartões de crédito	1.337.916	1.386.332	1.382.390	1.432.659
Desconto de recebíveis	(1.029.119)	(1.189.433)	(1.044.518)	(1.211.053)
Demais contas a receber	109.882	128.251	262.651	265.834
	418.679	325.150	600.523	487.440
Ajuste a valor presente	(40.254)	(40.692)	(40.254)	(40.692)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.359)	(9.252)	(23.342)	(19.520)
	368.066	275.206	536.927	427.228

As operações com cartões de crédito são registradas líquidas das comissões pagas às administradoras de cartões de créditos, podendo ser parceladas em até doze meses, e são administradas por terceiros.

A Companhia efetua a operação de desconto de recebíveis de cartões de crédito junto a bancos ou às próprias administradoras de cartões de crédito, como forma de a Companhia se prover de capital de giro. Nessa operação, a Companhia entrega os recebíveis como garantia das captações de recursos, mantendo o risco da operação.

As demais contas a receber contemplam, principalmente, vendas efetuadas por meio de operações corporativas, programas de afinidades e acordos comerciais.

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
Mercadorias para revenda	399.859	473.447	416.644	495.333
Suprimentos e embalagens	14.788	13.396	14.788	13.396
	414.647	486.843	431.432	508.729
Ajuste a valor presente	(5.375)	(5.322)	(5.375)	(5.322)
Provisão para perdas	(13.910)	(13.010)	(13.910)	(13.010)
	395.362	468.511	412.147	490.397

7. Impostos a recuperar

Em 31 de março de 2010, referem-se principalmente a IRRF (R\$25.009 na controladora e R\$ 25.481 no consolidado) e o PIS e a COFINS a recuperar (R\$15.040 na controladora e R\$15.050 no consolidado). Em 31 de dezembro de 2009, referem-se principalmente a IRRF (R\$29.038 na controladora e R\$ 29.648 no consolidado) e o PIS e a COFINS a recuperar (R\$22.709 na controladora e R\$22.719 no consolidado).

8. Imposto de renda e contribuição social

a) Natureza dos valores

De acordo com a NPC 25 e Instrução CVM 371 a Companhia e suas controladas, fundamentadas em estudos técnicos anuais de viabilidade que demonstram a capacidade de geração de lucros tributáveis futuros os quais foram aprovados pela Administração, registra os créditos fiscais de imposto de renda e de contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social diferenças temporárias (que somente serão dedutíveis ou tributáveis quando atenderem aos critérios da legislação fiscal) e os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09.

b) Composição dos créditos fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
Parcela de curto prazo				
Prejuízos fiscais	6.524	6.532	8.837	8.354
Bases negativas de contribuição social	2.465	2.352	3.298	3.007
Diferenças temporárias	20.085	17.598	20.085	17.598
Diferença temporária Lei nº 11.638	11.307	10.414	11.307	10.414
Total	31.392	28.012	31.392	28.012
	40.381	36.896	43.527	39.373
Parcela do longo prazo				
Prejuízos fiscais	17.478	17.478	17.478	17.478
Bases negativas de contribuição social	6.292	6.292	6.292	6.292
Diferenças temporárias	13.516	13.516	13.631	13.516
Diferenças temporárias Lei nº 11.638	7.498	7.498	7.498	7.498
Total	21.014	21.014	21.129	21.014
	44.784	44.784	44.899	44.784
Total de créditos fiscais	85.165	81.680	88.426	84.157

c) Expectativa de realização

Demonstramos a seguir a estimativa de realização do ativo fiscal diferido, com base nos lucros tributáveis futuros e na realização das diferenças temporárias, apurados em cada exercício fiscal:

	Controladora	Consolidado
	31/03/2010	31/03/2010
2010/2011	40.381	43.527
2011/2012	17.857	17.972
2012/2013	19.704	19.704

2013/2014

Total

<u>7.223</u>	<u>7.223</u>
<u>85.165</u>	<u>88.426</u>

d) Conciliação entre alíquotas nominais e efetivas

Segue a conciliação entre alíquotas nominais e efetivas para o período findo em 31 de março:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	5.233	12.004	7.669	12.752
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	(1.779)	(4.081)	(2.607)	(4.335)
Ajustes (adições e exclusões)				
Equivalência patrimonial	755	98	-	-
Outros	-	-	(853)	(396)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	<u>(1.024)</u>	<u>(3.983)</u>	<u>(3.460)</u>	<u>(4.731)</u>

9. Investimentos

	Diretos					Total
	Varejo	Participações	Turismo	Financeira	Trading	
	Ingresso.com	8M Participações Ltda.	Submarino Viagens e Turismo Ltda.	Submarino Finance Promotora de Crédito Ltda.	ST Importações Ltda.	
Milhares de ações/cotas						
Ordinárias	4.573	1	2.665	4.010	1.050	-
Preferenciais	22	-	-	-	-	-
Participação - %	100	100	84,27	50	100	-
Definição da Companhia	Controlada	Controlada	Controlada	em conjunto	Controlada	
Patrimônio líquido em 31/03/2010	14.569	2.163	7.872	8.768	4.441	37.795
Capital social em 31/03/2010	6.998	2.661	3.922	24.010	4.050	41.641
Lucro líquido do período findo em 31/03/2010	1.438	47	299	505	231	2.520
Total investimentos em 31/03/2010	<u>14.569</u>	<u>2.163</u>	<u>6.634</u>	<u>4.384</u>	<u>4.441</u>	<u>32.191</u>
Total equivalência patrimonial em 31/03/2010	<u>1.438</u>	<u>47</u>	<u>252</u>	<u>253</u>	<u>231</u>	<u>2.221</u>

Além da participação direta na Submarino Viagens e Turismo Ltda., a Companhia possui 15,73% de participação indireta nessa investida, por intermédio da 8M Participações Ltda.

A Companhia possui participação acionária de 50% na Submarino Finance Promotora de Crédito Ltda., empresa com administração compartilhada com Cetelem Brasil S/A – Crédito financiamento e investimento. Dessa forma, as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas considerando-se os saldos desta controlada em conjunto de forma proporcional à participação de 50% detida pela Companhia.

A Ingresso.com possui participação de 100% na B2W Rental.

A seguir, apresentamos sumário do balanço patrimonial e demonstração do resultado referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2010 da Submarino Finance Promotora de Crédito Ltda., ponderados pela participação da B2W nessa controlada em conjunto:

Balanço patrimonial em 31 de março de 2010

Ativo		Passivo e patrimônio líquido	
Circulante		Circulante	
Disponibilidades	2.844	Contas a pagar	877
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.449	Salários e encargos sociais a pagar	276
Outros	199	Tributos e contribuições	88
	<u>5.492</u>		<u>1.241</u>
Não circulante		Patrimônio líquido	
Imobilizado	36	Capital social	12.005
Intangível	97	Prejuízos acumulados	(7.621)
	<u>133</u>		<u>4.384</u>
Total	<u>5.625</u>	Total	<u>5.625</u>

Demonstração do resultado do período de três meses findo em 31 de março de 2010

Receitas operacionais, líquidas	851
Despesas administrativas e vendas	(504)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(94)
Lucro líquido no exercício	<u>253</u>

10. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	Controladora				Consolidado			
		31/03/2010		2009		31/03/2010		2009	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	10%	16.561	(4.855)	11.706	11.642	16.795	(4.903)	11.892	11.824
Máquinas e equipamentos	10%	71.188	(14.555)	56.633	53.811	71.392	(14.627)	56.765	53.926
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	12.294	(6.975)	5.319	5.626	12.379	(6.977)	5.402	5.680
Equipamentos de informática	20%	27.116	(26.977)	139	501	29.048	(27.898)	1.150	1.413

Móveis e utensílios	10%	15.332	(5.355)	9.977	10.360	16.021	(5.492)	10.529	10.880
Terrenos		5.754	-	5.754	5.754	5.754	-	5.754	5.754
Bens para locação	33%	-	-	-	-	4.782	(996)	3.786	3.029
Outros		458	(153)	305	317	470	(161)	309	320
		<u>148.703</u>	<u>(58.870)</u>	<u>89.833</u>	<u>88.011</u>	<u>156.641</u>	<u>(61.054)</u>	<u>95.587</u>	<u>92.826</u>

A taxa anual de depreciação de benfeitorias em imóveis de terceiros (centros de distribuição - CDs) considera o período de vigência dos contratos de locação dos imóveis.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos "impairment"

De acordo com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Deliberação CVM nº 527, de 1º de novembro de 2007, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos imobilizados em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009.

11. Intangível

	Taxa anual de depreciação	Controladora				Consolidado			
		31/03/2010			31/12/2009	31/03/2010			31/12/2009
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Ágios registrados TV Sky Shop S.A.	(i)	135.305	(53.867)	81.438	81.439	135.305	(53.866)	81.439	81.439
Ingresso.com S.A.	20%	2.742	(1.606)	1.136	1.136	6.164	(3.613)	2.551	2.551
8 M Participações Ltda.	20%	-	-	-	-	2.079	(1.247)	832	798
		<u>138.047</u>	<u>(55.473)</u>	<u>82.574</u>	<u>82.575</u>	<u>143.548</u>	<u>(58.726)</u>	<u>84.822</u>	<u>84.788</u>
Desenvolvimento de web sites e sistemas	20%	317.504	(48.121)	269.383	244.413	317.695	(48.121)	269.574	244.605
Direito de uso de software	20%	74.932	(52.271)	22.661	26.407	88.504	(55.182)	33.322	35.745
Licença de uso de marca Blockbuster on-line	(ii)	21.059	(2.487)	18.572	18.849	21.060	(2.487)	18.573	18.849
Outros		953	-	953	939	959	-	959	945
		<u>552.495</u>	<u>(158.352)</u>	<u>394.143</u>	<u>373.183</u>	<u>571.766</u>	<u>(164.516)</u>	<u>407.250</u>	<u>384.932</u>

a) Ágios

O ágio referente ao investimento na TV Sky Shop S.A. foi constituído quando da aquisição da Shoptime S.A. (Shoptime) e da TV Sky Shop S.A. (TV Sky) pela Americanas.com. Em 31 de agosto de 2005, a Americanas.com adquiriu o equivalente a 98,85% do capital da Shoptime, detentora de 56% do capital da TV Sky, e 44% do capital da TV Sky. No primeiro trimestre de 2006, a Americanas.com adquiriu 1,15% faltante da Shoptime, totalizando 100% do capital desta.

Em 01 de agosto de 2006, a Shoptime foi incorporada por sua controlada TV Sky e, dessa forma, o ágio registrado na Americanas.com em referência ao investimento na Shoptime foi somado ao ágio referente ao investimento na TV Sky, montando ao valor total de R\$135.305. Com a fusão da Americanas.com e Submarino S.A. em 13 de dezembro de 2006, foi formada a B2W, sucedendo todos os direitos e obrigações de Americanas.com e, conseqüentemente, a parcela do ágio referente à TV Sky.

Os saldos de ágios apurados nas aquisições das outras participações societárias (Nota 9) estão suportados por estudos técnicos com sustentação na expectativa de rentabilidade futura das empresas e foram amortizados até 31 de dezembro de 2008 utilizando os prazos de 5 a 10 anos, conforme proporção dos resultados futuros esperados nestas investidas. A partir de 01 de janeiro de 2009 a amortização destes ágios está sujeita somente a avaliação de *impairment* conforme preconizado pela CPC 01, não sendo mais aplicável as suas respectivas amortizações.

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia efetuou avaliação da recuperabilidade dos ágios descritos anteriormente com base em projeções de resultados futuros concluindo que nenhum ajuste para perda deveria ser registrado. A Companhia entende que não ocorreram eventos ou circunstâncias desde 31 de dezembro de 2009 que gerassem a necessidade de rever as avaliações efetuadas no exercício anterior para o trimestre findo em 31 de março de 2010.

b) Desenvolvimento de *web sites* e sistemas/Direitos de Uso de Software

Representam, principalmente, gastos com plataforma *e-commerce* (desenvolvimento de infra-estrutura tecnológica, conteúdo, aplicativos e *lay-out* gráfico dos *sites*), desenvolvimento de sistemas próprios e gastos com implantação de sistema ERP Oracle.

c) Licenças de uso - marca Blockbuster (*on-line*)

Representa, essencialmente, a licença para a utilização da marca Blockbuster no segmento *on-line*, adquirida por R\$21.000 em dezembro de 2007 da BWU - Comércio e Entretenimento S.A, empresa controlada da Lojas Americanas S.A. (LASA). O valor da aquisição está suportado por laudo de avaliação econômico preparado por peritos independentes.

Comentários adicionais

- (i) 10% a.a. até 31 de março de 2007 (20% a.a. a partir de 1º de abril de 2007 até 31 de dezembro de 2008).
- (ii) Amortização, essencialmente, de 5,26% a.a., referente ao direito de uso da marca Blockbuster no segmento *on-line*.

12. Diferido

	Taxa anual de depreciação	Controladora				Consolidado			
		31/03/2010		31/12/2009		31/03/2010		31/12/2009	
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Despesas pré-operacionais	20%	84.700	(28.378)	56.322	60.419	85.324	(28.403)	56.921	61.018

Conforme facultado pela Lei nº 11.941/08, a Companhia e controladas mantiveram para amortização pelo prazo dos benefícios auferidos (máximo de 5 anos) e considerando sua efetiva recuperabilidade (sujeito a teste de *impairment*) os montantes referentes a despesas pré-operacionais registrados no Ativo Diferido. Outros gastos que não se caracterizavam como pré-operacionais ou com reestruturação (saldos de 31 de dezembro de 2007) foram analisados e quando aplicável, reclassificados para o Imobilizado e Intangível. Aqueles que não atenderam a estas características foram registrados como despesas do exercício quando incorridos em 2008.

13. Empréstimos e financiamentos

	Encargos	Controladora		Consolidado	
		31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
Moeda nacional					
Capital de giro	115% CDI	365.028	319.395	440.756	394.128
BNDES (a)	TJLP + 4,75% a.a.	172.484	172.059	177.574	172.059
		537.512	491.454	618.330	566.187
Moeda estrangeira (c)					
Capital de giro (b)	US\$ + 4,0% a 7,2%	417.936	403.070	491.013	473.248
Saldo a receber nas operações de swap (b)	105,8% a 147,9% CDI	(8.446)	(1.852)	(9.007)	(1.325)
Total		947.002	892.672	1.100.336	1.038.110
Parcela de longo prazo		(693.770)	(710.181)	(698.860)	(710.181)
Parcela de curto prazo		253.232	182.491	401.476	327.929

(a) Financiamentos do BNDES relacionados ao programa FINEM (investimentos em tecnologia da informação, implantação de centro de distribuição, aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos em projeto social), PEC (Capital de Giro), BNDES Automático e "Cidadão conectado - Computador para todos".

(b) As operações em moedas estrangeiras encontram-se protegidas contra oscilações de câmbio, por intermédio de instrumentos financeiros derivativos de *swap* (veja Nota 20). A Administração está registrando estas transações utilizando o método contábil do *hedge accounting*.

(c) Captação consoante a Resolução nº 2.770 do Banco Central do Brasil (BACEN).

(d) Nos contratos firmados com as referidas instituições financeiras não existem cláusulas restritivas de dívida (*debt covenants*).

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo têm vencimentos nos seguintes exercícios:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
2011	116.878	180.438	119.076	180.438
2012	282.691	275.297	285.583	275.297
2013	211.194	221.439	211.194	221.439

2014	69.804	19.804	69.804	19.804
2015	13.203	13.203	13.203	13.203
	693.770	710.181	698.860	710.181

14. Debêntures

Na reunião do Conselho de Administração realizada nos dias 02 de julho de 2008 ratificada em 18 de julho de 2008, foi deliberada a primeira emissão e distribuição pública de debêntures, conforme demonstrado abaixo:

Data da emissão	Quantidade emitida	Quantidade colocada no mercado	Valor unitário	Valor da emissão	Encargos financeiros anuais
10/07/2008	36.440	36.440	10	R\$ 364.400	CDI + 2%

Em 31 de março de 2010, a Companhia apresenta saldo de R\$1.492 referente aos gastos de emissão de debêntures, o qual está registrado retificando o saldo de debêntures no passivo de curto (R\$448) e de longo prazo (R\$1.044), conforme previsão na CPC 08 - Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários, aprovados pela Deliberação CVM nº 556, de 12 de novembro de 2008, e sendo realizado pelo regime de competência, conforme prazo de vencimento das debêntures.

As debêntures emitidas possuem as seguintes características:

- ▶ **Conversibilidade:** As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações.
- ▶ **Tipo e forma:** As debêntures são nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.
- ▶ **Prazo e data de vencimento:** As debêntures tem prazo de vencimento de 5 anos a contar da data de emissão, com vencimento final em 10 de julho de 2013.
- ▶ **Amortização:** As debêntures serão amortizadas anualmente em 3 parcelas consecutivas a partir do 3º ano, a contar da data de emissão, nas seguintes datas: 10 de julho de 2011, 10 de julho de 2012 e 10 de julho de 2013.
- ▶ **Remuneração:** As debêntures renderão juros remuneratórios, correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescida de um spread de 2% ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidente sobre o valor nominal unitário de R\$ 10.
- ▶ **Periodicidade de pagamento da remuneração:** Os valores relativos à remuneração serão pagos semestralmente, sempre no dia 10 dos meses de janeiro e julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 10 de janeiro 2009.
- ▶ **Distribuição e colocação:** As debêntures foram objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de subscrição, com intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários.
- ▶ **Índices financeiros:** Os índices financeiros calculados com base nas demonstrações financeiras trimestrais consolidadas da Companhia, a partir do 3º trimestre de 2008, devem ser menor ou igual a (i) Dívida Líquida Consolidada/

EBITDA Adaptado menor ou igual a 2,90x; e, (ii) EBITDA Adaptado/Resultado Financeiro Líquido Consolidado maior ou igual a 1,5x.

Na mensuração desses índices, entende-se por (i) “Dívida Líquida Consolidada”, o somatório de todas as dívidas financeiras consolidadas da Companhia junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo empréstimos e financiamentos com terceiros, títulos de renda fixa, conversíveis ou não em ações, no mercado de capitais local e/ou internacional, bem como o diferencial a pagar com operações com derivativos menos o somatório das disponibilidades (caixa e títulos e aplicações financeiras) e o diferencial a receber por operações com derivativos; (ii) “EBITDA Adaptado”, o somatório (a) do lucro operacional consolidado da Companhia antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações; (b) da depreciação e amortizações ocorridas no mesmo período; (c) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras do mesmo período; e (d) da equivalência patrimonial; sendo todos apurados no período de 12 meses e, sem considerar os eventuais efeitos do cálculo do ajuste a valor presente - AVP (artigo 184 da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada pela Lei nº 10.303, de 31 de dezembro de 2001 e pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007); e, (iii) “Resultado Financeiro Líquido Consolidado”, as receitas financeiras, menos as despesas financeiras da Companhia.

Em 31 de março de 2010, a Companhia vem atendendo as cláusulas restritivas (índices financeiros) estabelecidas na escritura pública das debêntures.

- ▶ Limites e índices financeiros: no caso de descumprimento das cláusulas contratuais, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado das debêntures. Após a realização de Assembléia, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes de debêntures, a menos que debenturistas que representem pelo menos 75% das debêntures em circulação optem por não declarar o vencimento antecipado.
- ▶ Garantia: As debêntures são da espécie com garantia flutuante, com privilégio geral sobre os ativos da Companhia.

15. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	4.115	2.571	5.217	3.138
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	2.687	6.798	4.866	11.707
Outros	-	892	1.928	4.164
	6.802	10.261	12.011	19.009

16. Outras obrigações (circulante e não circulante)

a) Circulante

Referem-se, principalmente, a obrigações com fornecedores de bens de imobilizado e intangível, contratação de serviços de publicidade, marketing, fretes, aluguel e condomínio.

b) Não circulante

Compõem-se, essencialmente, por tributos a recolher de exigibilidade suspensa. A Companhia obteve liminar para suspender a exigibilidade do pagamento do ICMS sobre a base de cálculo das contribuições ao PIS e a COFINS. Dessa forma, a Companhia passou a monitorar a sua aplicabilidade, benefício e, quando necessário, excluir o ICMS da base das referidas contribuições em virtude do deferimento de liminar. Os montantes quando não recolhidos estão provisionados e atualizados monetariamente pela taxa SELIC, até o trânsito em julgado da ação judicial.

17. Partes relacionadas

a) Obrigações não circulantes

Em 31 de março de 2010, o saldo a pagar, na controladora e no consolidado, à controladora LASA, no montante de R\$ 34 (R\$ 4.110 em 31 de dezembro de 2009), respectivamente, é decorrente, basicamente, de saldo de conta corrente sem a incidência de encargos financeiros.

b) Acordo de cooperação comercial e outras avenças

A Companhia possui Acordo de Cooperação Comercial e outras Avenças com a controladora LASA, visando à coordenação de esforços em várias áreas de atividade, em benefício mútuo, quais sejam: (i) venda de mercadorias adquiridas da LASA pela Companhia, (ii) forma de competição, (iii) instalação de quiosques da Companhia nas instalações comerciais da LASA, (iv) utilização de pessoal, (v) uso de marca e utilização de publicidade em conjunto.

Esse acordo prevê que as mercadorias adquiridas para revenda e provenientes da LASA serão adquiridas pelo preço de custo do produto pago pela LASA ao fornecedor e entregue em seus Centros de Distribuição, acrescido dos tributos e outros encargos diretamente incidentes sobre a compra e venda, e de um percentual de 2% sobre o preço de custo do produto, até que a Companhia atinja o volume acumulado de compras da LASA de R\$10.000 por ano. Após atingir esse volume, ocorrerá um acréscimo para 3% sobre o preço de custo do produto, permanecendo inalteradas as demais condições.

No primeiro trimestre de 2010, não houve aquisição significativa de mercadorias junto à controladora LASA.

c) Licenciamento do uso da marca Americanas.com e marcas similares

A Companhia firmou contrato de licença para uso de marca com a LASA, pelo qual é concedida a licença de uso da marca Americanas.com e marcas similares, em caráter exclusivo, para as atividades compreendidas no seu objeto social. Conforme estabelecido no referido contrato, o licenciamento da marca será gratuito enquanto a LASA detiver participação societária relevante na Companhia.

d) Transações com partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas, classificados em “Outros créditos a receber”, no Ativo não circulante, compostos abaixo, são referentes à contas-correntes operacionais entre as empresas do grupo, sem incidência de juros.

	Saldos de ativo	
	31/03/2010	31/12/2009
Controladas diretas		
Ingresso.com S.A.	321	376
Submarino Viagens e Turismo Ltda.	5.617	4.139
B2W Rental (i)	7.961	6.296
Outros	343	323
	14.242	11.134
Controlada em conjunto		
Submarino Finance Promotora de Crédito Ltda.	942	917
Total	15.184	12.051

(i) A Ingresso.com possui participação de 100% na B2W Rental.

Veja notas explicativas 19g e 23 referentes a Plano de Opção de Compras de Ações e remuneração a conselheiros, diretores e principais executivos.

18. Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais envolvendo questões fiscais e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração apresenta processo de monitoramento de suas ações judiciais e administrativas conduzido por Departamento Jurídico próprio e por assessores jurídicos externos. Quando requerido, são efetuados depósitos judiciais (R\$12.344 e R\$12.592 em 31 de março de 2010, R\$12.069 e R\$12.289 em 31 de dezembro de 2009, respectivamente na controladora e no consolidado). Esses valores, em sua maioria, não estão vinculados às provisões para contingências.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos externos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso. A seguir, demonstramos os saldos das provisões para contingências:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
Fiscais	3.323	2.623	3.323	2.623
Trabalhistas	1.826	1.879	1.826	1.879
Cíveis	9.015	9.015	9.015	9.015
	14.164	13.517	14.164	13.517

Os valores provisionados segundo a opinião dos assessores jurídicos (“prováveis perdas”) referem-se as causas fiscais, cíveis e trabalhistas, as quais a Companhia e suas controladas são parte. Representam basicamente ações impetradas por consumidores relacionados as suas atividades comerciais e pleitos de horas extras, diferencial de férias e décimo terceiro e outros benefícios.

A Companhia e suas controladas possuem outras contingências cíveis, trabalhistas e fiscais, cuja natureza em sua maioria reflete o descrito no parágrafo acima, no montante aproximado de R\$30.526 em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro 2009, controladora e consolidado. Com base na posição de seus assessores jurídicos externos que consideram as perdas como possíveis, nenhuma provisão para essas

contingências foi constituída.

19. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social totalmente integralizado está dividido em 113.535.372 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Segue composição acionária em 31 de março de 2010:

	<u>Ações ordinárias</u>
Acionistas no exterior	23.766.593
Acionistas no País	89.768.779

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 200.000.000 ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão, estabelecendo se o aumento se dará por subscrição pública ou particular, o preço e as condições de integralização.

b) Ações em tesouraria

Em 08 de maio de 2008, o Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Instrução CVM nºs 10/80 e 268/97, aprovou o programa de recompra de ações de emissão da própria Companhia, utilizando reservas patrimoniais, com o objetivo de mantê-las em tesouraria ou cancelamento, podendo efetuar posterior alienação, durante os próximos 365 dias, até o limite de 4.971.895 ações ordinárias, que correspondem a 10% das ações em circulação no mercado. Inexistiram alienações de ações em tesouraria durante o período findo em 31 de março de 2010.

Movimentação das ações em tesouraria:

	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Valor</u>	<u>Custo médio ponderado de aquisição</u>
Em 01 de janeiro de 2009	3.325.104	221.883	66,73
Aquisição de ações	15.919	818	52,04
Em 31 de março de 2010	3.341.023	222.701	66,66

Os custos mínimos e máximos de aquisição por ação foram de R\$46,39 e R\$74,20 respectivamente. O valor de mercado da ação da Companhia na última cotação anterior ao encerramento do período findo em 31 de março de 2010 foi de R\$38,40 (R\$47,80 em 31 de dezembro de 2009).

c) Reserva de capital

Essa reserva foi constituída em decorrência do processo de reestruturação societária em 2007, em contrapartida ao acervo líquido incorporado.

d) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

e) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê o pagamento de dividendos obrigatórios anuais mínimos de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado na forma da legislação em vigor.

Na Assembléia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2010, foi aprovada a proposta de destinação do valor de R\$11.308 a título de dividendos mínimos obrigatórios calculados sobre o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, os quais foram pagos no mês de abril de 2010.

f) Reserva para expansão

Em 30 de abril de 2010, em Assembléia Geral Ordinária, foi aprovada a proposta de destinação do valor de R\$ 33.921 do lucro líquido do exercício de 2009, a título de reserva para investimentos futuros na forma do disposto no art. 196 da Lei nº 6.404/76, conforme orçamento de capital para o exercício de 2010, no valor total de R\$259.600.

g) Plano de opção de compra de ações

A B2W aprovou, na AGE de 13 de dezembro de 2006, Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano"), na forma do § 3º do art. 168 da Lei nº 6.404/76, destinado aos Administradores e empregados de alto nível da Companhia e de suas controladas. A AGE de 31 de março de 2007 que deliberou sobre a incorporação da B2W na TV Sky Shop S.A. ratificou a manutenção do Plano aprovado em dezembro de 2006, como mencionado. As opções são limitadas a 3% do total do capital social. O Plano é administrado pelo Conselho de Administração ou por um Comitê por ele designado. O programa de opção de compra de ações foi aprovado com volume global de 1.099.868 ações ordinárias, com prazo limite de exercício de seis anos a contar da data da assinatura do contrato de opção assinado entre a Companhia e o beneficiário. O preço de exercício foi fixado em R\$45,46 (valor histórico) por opção, correspondente ao valor médio ponderado de fechamento das ações da Submarino S.A. (empresa fusionada com a Americanas.com) nos últimos 22 pregões da BOVESPA anteriores a 23 de novembro de 2006 (data de assinatura do protocolo de fusão), sendo o efeito refletido no capital social da Companhia, pelo respectivo preço. O preço de exercício das opções ainda não exercidas será acrescido de correção monetária com base na variação do IGP-M e de juros de 6% ao ano, deduzidos dos dividendos e juros sobre capital próprio por ação pagos pela Companhia a partir da data da aprovação do "Plano".

As ações exercidas poderão ser livremente alienadas por seus beneficiários quando estas tiverem sido totalmente integralizadas e forem observadas condições definidas no Plano, tal como cessão de relação de trabalho. A Companhia possui preferência na opção de recompra das ações uma vez cessada a relação de trabalho.

O valor justo do "Plano" foi estimado com base no modelo de valorização de opções *Black & Scholes*, tendo sido consideradas as seguintes premissas:

Taxa livre de risco	9,79 %
Duração do programa em anos	6
Volatilidade anualizada esperada	45,3 %
<i>Dividend yield</i>	1,44 %
Valor justo da opção na data de outorga (por ação)	19, 43
Valor de mercado na data da outorga (por ação)	58, 37

Conforme descrito acima, o “Plano” previa um volume global de 1.099.868 ações ordinárias, com prazo limite de exercício de seis anos a contar da data da assinatura do contrato de opção assinado entre a Companhia e o beneficiário. Não houve cancelamento em face de desligamentos e/ou saídas de executivos no período findo em 31 de março de 2010, precificadas para fins do custo de remuneração provenientes do “Plano”.

Da data de aprovação do Programa de Opção de Compra de ações até 31 de março de 2010 foram exercidas:

Período do exercício de opção	Quantidade de ações	Montante total em Reais	Custo médio	Valor médio de mercado na data do exercício das opções
2007	69.952	3.180	45,46	78,10
2008	141.403	6.799	48,08	56,97

Os custos de remuneração provenientes do “Plano” para o exercício findo em 31 de março de 2010 foram de R\$ 419 (R\$ 445 em 31 de março de 2009) tendo como contrapartida o registro no patrimônio líquido em reserva de capital - reserva de opções outorgadas reconhecidas. O custo de remuneração corresponde ao valor justo do “Plano”, calculado na data da outorga, registrado durante o período de prestação de serviços que se inicia na data da outorga até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção.

Os custos de remuneração do “Plano” a serem reconhecidos pelo prazo remanescente (período de prestação de serviços a ocorrer) com base nas premissas utilizadas totalizam aproximadamente R\$3.533

Com base na composição acionária do capital social em 31 de março de 2010, o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente serão submetidos os atuais acionistas em caso de exercício de todas as opções outorgadas é inferior a 1%.

i) Estatuto social

O Estatuto Social da Companhia está em consonância com às Regras do Novo Mercado, que é um segmento diferenciado da BOVESPA com padrões mais rígidos de governança corporativa e divulgação de informações, ao qual os acionistas e membros da Administração da Companhia escolheram aderir. As principais características das empresas listadas no Novo Mercado são:

- Realização de ofertas públicas de colocação de ações por meio de mecanismos

- ▶ que favoreçam a dispersão do capital;
- ▶ Manutenção em circulação de uma parcela mínima de ações representando 25% do capital;
- ▶ Extensão para todos os acionistas das mesmas condições obtidas pelos controladores no caso de venda da Companhia;
- ▶ Conselho de Administração com cinco membros no mínimo, com participação obrigatória de Conselheiros Independentes e mandato unificado de um ano;
- ▶ Obrigatoriedade de realização de oferta de compra de todas as ações em circulação, pelo valor econômico, nas hipóteses de fechamento do capital ou cancelamento do registro de negociação do Novo Mercado (*tag along*);
- ▶ Informação das negociações envolvendo ativos e derivativos de emissão da Companhia por parte de acionistas controladores ou administradores da empresa;
- ▶ Adesão à Câmara de Arbitragem do Mercado para resolução de conflitos societários.

A Companhia, seus acionistas e os administradores ficam obrigados a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Estatuto Social, nas disposições da Lei n.º 6.404/76, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão Valores Mobiliários, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e, especialmente, no Termo de Voto e Assunção de Obrigações (“Termo de Voto”) celebrado em 13 de dezembro de 2006 e arquivado na sede da Companhia, a qual deve ser conduzida junto à Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BOVESPA, em conformidade com o Regulamento da referida Câmara, podendo as partes, nos termos do Capítulo 12 do mesmo Regulamento, escolher de comum acordo outra câmara ou centro de arbitragem para resolver seus litígios.

Além dessas características especiais do Regulamento do Novo Mercado, o Estatuto Social da Companhia contempla ainda características especiais que impedem o registro de ações nas seguintes situações:

- ▶ Para os adquirentes do poder de controle, enquanto não subscreverem o Termo de Anuência ao Regulamento do Novo Mercado e o Termo de Anuência ao Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado;
- ▶ Para o nome de acionista que se tornar titular de 5% ou mais das ações representativas do capital social da Companhia enquanto este não assinar o Termo de Anuência ao Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, dispensada tal assinatura quando essa titularidade decorrer de participação do acionista em processo de distribuição pública ou negociação em bolsa de valores.

A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

20. Instrumentos financeiros

a) Considerações gerais

No curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros e

variações cambiais, bem como risco de crédito em suas vendas a prazo. A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos de proteção para minimizar sua exposição a esses riscos, com base em seu monitoramento sob gestão de seus diretores supervisionada pelo Conselho de Administração. Essa gestão determina quais são as estratégias a serem adotadas e a Administração contrata instrumentos de proteção adequados a cada circunstância e riscos inerentes.

A Companhia e suas controladas não possuem contratos a termo, opções, *swaptions*, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e “derivativos exóticos”. A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação, reafirmando assim o seu compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação ao seu passivo financeiro, seja para com a sua posição de disponibilidades.

b) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores de mercado (“valor justo”) estimados em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009 pela Administração foram determinados utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologia usual de apreçamento: avaliação do valor nominal até a data do vencimento e descontado a valor presente às taxas de mercado futuro, publicados nos boletins da Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&F. Estas estimativas do valor justo apresentadas não são necessariamente indicativos de valores que a Companhia e suas controladas poderiam realizar no mercado. A utilização de diferentes hipóteses ou metodologias de avaliação pode divergir dos montantes estimados de valor justo ora apresentados tendo em vista a necessidade de parcela considerável de julgamento na interpretação das informações de mercado.

Os valores dos principais instrumentos financeiros que refletiriam possível diferença entre o valor contábil e o valor justo são como se segue:

Em 31 de março de 2010:

	Base do Registro Contábil - CPC 14	Controladora		Consolidado	
		Custo amortizado	Valor Justo	Custo amortizado	Valor Justo
Ativo					
Títulos e valores mobiliários	Valor justo (i)	336.658	337.124	344.713	345.179
Passivo					
Debêntures	Custo amortizado	371.149	360.982	371.149	360.982
Empréstimos e financiamentos					
Moeda nacional	Custo amortizado	537.512	520.094	618.330	600.912
Moeda estrangeira	Contabilidade de hedge (ii)	406.633	417.936	479.710	491.013
Swaps tradicionais	Valor justo	2.857	(8.446)	2.296	(9.007)

(i) AAP: Ajuste de Avaliação Patrimonial

(ii) “Hedge Accounting” (registro contábil da dívida e swaps efetuado pelo valor justo no Resultado)

Em 31 de dezembro de 2009:

	Base do Registro Contábil - CPC 14	Controladora		Consolidado	
		Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado	Valor Justo
Ativo					
Títulos e valores mobiliários	Valor justo (i)	538.117	540.010	545.939	547.832
Passivo					
Debêntures	Custo amortizado	381.079	369.675	381.079	369.675
Empréstimos e financiamentos					
Moeda nacional	Custo amortizado	491.454	475.699	566.187	550.432
Moeda estrangeira	Contabilidade de hedge (ii)	389.758	403.070	459.936	473.248
Swaps tradicionais	Valor justo	11.461	(1.852)	11.988	(1.325)

(i) AAP: Ajuste de Avaliação Patrimonial

(ii) "Hedge Accounting" (registro contábil da dívida e swaps efetuado pelo valor justo no Resultado)

c) Risco de crédito

O risco de crédito é minimizado pelo fato de aproximadamente 85% das vendas da Companhia e suas controladas serem realizadas por meio de cartões de crédito administrados por terceiros. A Companhia e suas controladas mantêm provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir possíveis perdas.

d) Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas utilizam de recursos gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas operações bem como para garantir seus investimentos e crescimento. Para complementar sua necessidade de caixa para crescimento, a Companhia e suas controladas obtêm empréstimos e financiamentos junto as principais instituições financeiras do País, substancialmente indexados a variação do CDI. O risco inerente surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes no CDI (vide quadro de análise de sensibilidade abaixo). A política de aplicações financeiras indexadas em CDI mitiga parcialmente este efeito.

e) Risco de taxa de câmbio

Esses riscos são provenientes das oscilações das taxas de câmbio sobre a carteira de empréstimos em moeda estrangeira. A Companhia e suas controladas utilizam-se de derivativos tais como swaps tradicionais com o propósito de anular perdas cambiais decorrentes de desvalorizações acentuadas da moeda Real (R\$) perante estas captações de recursos em moedas estrangeiras.

Em 31 de março de 2010, a posição destes instrumentos financeiros derivativos era a seguinte:

Swaps tradicionais (registrados na conta de empréstimos e financiamentos):

A contraparte destes swaps tradicionais é a instituição financeira provedora dos empréstimos em moeda estrangeira (dólares americanos ou ienes), geralmente

consoante a Resolução nº 2770 do Banco Central do Brasil (BACEN). Estas operações de swap referenciados em CDI visam anular o risco cambial, transformando o custo da dívida (vide condições na nota explicativa de empréstimos e financiamentos - nota explicativa-13) para moeda e taxa de juros locais, variando de 105,8% a 147,9% do CDI (CDI - EXTRAGRUPO que equivale a Taxa Média das Captações no Mercado Interfinanceiro, divulgada diariamente pela Central de Liquidação e Custódia de Títulos Privados - CETIP). Estes contratos montam em 31 de março de 2010 um valor de referência de R\$390.066 na controladora (R\$460.684 no consolidado). Em 31 de dezembro de 2009, os valores de referência na controladora e no consolidado eram similares. Estas operações estão casadas em termos de valor, prazos e taxas de juros. A Companhia tem a intenção de liquidar tais contratos sempre simultaneamente com os respectivos empréstimos, itens objeto de hedge. Neste tipo de operação não existem cláusulas contratuais de chamada de margem.

		Controladora		Consolidado	
		31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
Objeto do hedge (dívida)	Custo amortizado	406.633	863.245	479.710	950.710
	Ajustado pelo valor justo dos riscos cobertos	417.936	889.804	491.013	977.106
		11.303	26.559	11.303	26.396
Swaps					
Posição ativa (Dólar ou Iene + Pré)	Custo amortizado	(406.633)	(863.245)	(479.710)	(950.710)
	Valor justo	(411.741)	(866.033)	(484.818)	(953.335)
		(5.108)	(2.788)	(5.108)	(2.625)
Posição passiva (% CDI)	Custo amortizado	409.490	760.435	482.006	852.342
	Valor justo	403.295	736.664	475.811	828.571
		(6.195)	(23.771)	(6.195)	(23.771)
		(11.303)	(26.559)	(11.303)	(26.396)

Ganhos e perdas realizados e não realizados, sobre esses contratos durante o primeiro trimestre de 2010 foram registrados no resultado financeiro líquido, e o saldo a receber ou a pagar no valor justo de R\$8.446 está registrado na rubrica "empréstimos e financiamentos" (R\$9.007 no consolidado) em 31 de março de 2010. Em 31 de dezembro de 2009 na controladora R\$1.852 (R\$1.325 no consolidado).

As faixas de vencimentos dos contratos de swap em 31 de março de 2010 encontram-se a seguir:

Vencimento	Controladora		Consolidado	
	Montante total	Saldo	Montante total	Saldo
2010	67.939	(1.697)	141.016	(2.258)
2011	70.709	9.987	70.709	9.987
2012	202.313	(12.206)	202.313	(12.206)
2013	70780	(4.530)	70780	(4.530)
Total	411.741	(8.446)	484.818	(9.007)

Considerando que a exposição da Companhia ao risco de oscilações nas taxas de câmbio é mitigada pelas operações de swaps tradicionais e contratos futuros de dólar, contratados para proteção cambial, e, portanto, simultaneamente com os respectivos empréstimos em moeda estrangeira, a recente valorização do Real em decorrência da atual condição de mercado não produziu ou produzirá efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. No caso de uma possível desvalorização do Real, os efeitos seriam similares, ou seja, não relevantes (vide quadro de análise de sensibilidade abaixo).

O resultado com essas operações gerou ganho no primeiro trimestre findo em 31 de março de 2010 no montante de R\$ 4.219 (perda de R\$ 225.928 em 31 de março de 2009) na controladora e R\$ 4.731 (perda de R\$235.517 em 31 de março de 2009) no consolidado, registrado contabilmente no resultado financeiro. A variação cambial sobre os empréstimos indexados em moeda estrangeira (sob proteção destes derivativos) contabilizada a débito na despesa financeira no período findo em 31 de março de 2010 foi de R\$8.819 (R\$324.917 contabilizado a crédito na despesa financeira em 31 de março de 2009) na controladora e R\$ 10.423 (R\$331.947 contabilizado a crédito na despesa financeira em 31 de março de 2009) no consolidado.

f) Análise de sensibilidade das operações de swaps

As operações de swap registradas pela Companhia e suas controladas, foram contratadas simultaneamente às operações de empréstimo em moeda estrangeira, contemplando prazos, taxas e valores equivalentes, trocando exposição cambial dos empréstimos pela exposição ao CDI.

Em 31 de março de 2010, a dívida bruta da Companhia (controladora), em Dólares Norte-Americanos, era de R\$417.936 e R\$491.013 no consolidado.

A expectativa de mercado, conforme dados retirados no Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data base em 07 de maio de 2010, indicavam uma taxa de câmbio para o final do exercício de 2010 (cenário provável) de 1,8000 R\$/US\$ e 0,019263 R\$/lene, ante uma taxa de 1,7810 R\$/US\$ e 0,019060 R\$/lene verificada em 31 de março de 2010.

Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50% respectivamente, acima da expectativa provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Visão controladora:

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Dólar				
Taxa câmbio em 31/03/2010		1,7810	1,7810	1,7810
Taxa câmbio estimada para 31/12/2010		1,8000	2,2500	2,7000
Empréstimos em moeda estrangeira	(variação US\$)	4.459	110.057	215.656
Swaps (Ponta Ativa em moeda estrangeira)	(variação US\$)	(4.459)	(110.057)	(215.656)
	Efeito Líquido	Nulo	Nulo	Nulo

Visão consolidado:

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Dólar				
Taxa câmbio em 31/03/2010		1,7810	1,7810	1,7810
Taxa câmbio estimada para 31/12/2010		1,8000	2,2500	2,7000
Empréstimos em moeda estrangeira	(variação US\$)	5.238	129.301	253.364
Swaps (Ponta Ativa em moeda estrangeira)	(variação US\$)	(5.238)	(129.301)	(253.364)
	Efeito Líquido	Nulo	Nulo	Nulo

g) Análise de sensibilidade a variação da taxa do CDI

A Companhia e controladas mantêm a totalidade da sua dívida e das suas disponibilidades indexadas à variação do CDI (considerando a troca das dívidas em moeda estrangeira por variação do CDI com os swaps tradicionais). Em 31 de março de 2010, a Companhia (controladora) apresentava uma dívida líquida de R\$972.954, representada pelo valor dos empréstimos, financiamentos e debêntures, líquido de caixa e títulos/valores mobiliários (no consolidado a dívida líquida era de R\$1.110.741).

A expectativa de mercado, conforme dados retirados no Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data base em 07 de maio de 2010, indicavam uma taxa mediana efetiva do CDI estimada em 10,30%, cenário provável para o exercício de 2010, ante a taxa efetiva de 9,87% verificada para o exercício de 2009.

Adicionalmente, a Administração, efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração da taxa do CDI em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Visão controladora:

Operação	Cenário Provável	Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Taxa efetiva anual do CDI em 2009	9,87%	9,87%	9,87%
Dívida Líquida	972.954	972.954	972.954
Taxa anual estimada do CDI em 2010	10,30%	12,88%	15,45%
Efeito anual na dívida líquida:			
Redução	-	-	-
Aumento	4.184	29.237	54.291

Visão consolidado:

Operação	Cenário Provável	Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Taxa efetiva anual do CDI em 2009	9,87%	9,87%	9,87%
Dívida Líquida	1.110.741	1.110.741	1.110.741
Taxa anual estimada do CDI em 2010	10,30%	12,88%	15,45%
Efeito anual na dívida líquida:			
Redução	-	-	-
Aumento	4.776	33.378	61.979

21. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas possuem cobertura de seguros para os bens do estoque e do ativo imobilizado, bem como para roubos e furtos de numerário. Em 31 de março de 2010, tais coberturas são assim demonstradas:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura - R\$
Estoques e imobilizado	Incêndios e riscos diversos	535.200
	Lucro cessante	79.000
	Responsabilidade civil	5.000
	Roubos	1.325

22. Contratos de locação

A Companhia mantém Instrumento Particular de Contrato de Locação de Imóvel Comercial e Outras Avenças com a Hulusa Comercial e Imóveis Ltda (empresa não relacionada). Através deste instrumento, a controlada B2W, na qualidade de locatária, e a Hulusa, na qualidade de locadora, executaram um estudo de implantação de um novo centro de distribuição - CD a ser utilizado pela B2W no imóvel de propriedade da Hulusa. Este novo CD vem sendo usado pela Companhia desde agosto de 2008. A Companhia mantém ainda os CDs de Pirambóia e Osasco, cuja consolidação das operações no CD pertencente à Hulusa é esperada no futuro.

O aluguel é atualizado mensalmente com base na média aritmética dos índices IGP-M e IPC (em 31 de março de 2010 o valor do aluguel mensal era de R\$ 830). O prazo da locação é de 10 anos (120 meses), contados da data de celebração do referido instrumento de locação. Para garantia deste novo CD, a Companhia efetuou pagamentos no montante total de R\$10.000 que estão sendo compensados com os aluguéis vindouros, na razão de 50% do aluguel mensal. Lojas Americanas S.A. é fiadora, devedora solidária, e principal pagadora das obrigações da Companhia sob o referido contrato.

A Companhia incorreu no período findo em 31 de março de 2010 em despesas de aluguéis relacionadas aos CDs e sede o montante de R\$6.742 (R\$5.073 em 31 de março de 2009).

Em atendimento ao CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil, aprovado pela Deliberação CVM nº 554, de 12 de novembro de 2008, a Companhia analisou os referidos contratos e concluiu que estes se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os compromissos futuros oriundos destes contratos de locação dos CDs em uso, a valores de 31 de março de 2010 são assim distribuídos:

	2010	2011	2012	2013	2014 em diante
Aluguéis	11.301	18.672	19.792	20.980	22.239

23. Remuneração dos empregados e administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembléia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos Administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os Administradores. Em Assembléia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2010, foi fixado o limite de remuneração global mensal dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria) da Companhia.

Nos exercícios findos em 31 de março de 2010 e de 2009, a remuneração total (salários e participação nos lucros) dos conselheiros, diretores e principais executivos da Companhia foi de R\$1.682 e R\$662, respectivamente (R\$1.901 e R\$920 no consolidado), remunerações estas dentro dos limites aprovados em correspondentes Assembléias de Acionistas.

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados (exceto pelo plano de opção de compra de ações descrito na nota explicativa 19 letra h).